

BRASIL BROKERS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 08.613.550/0001-98

NIRE nº 33.3.0028096-1

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA BRASIL BROKERS PARTICIPAÇÕES S.A.
A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2022**

1. Informações sobre a Assembleia Geral Ordinária (“AGO”)

DATA: 29 de abril de 2022

HORA: 14 horas

MODO: Exclusivamente Digital

2. Mensagem da Administração

A Administração da Brasil Brokers Participações S.A. (“Companhia”), nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 481”) e do Estatuto Social da Companhia, submete à apreciação de seus acionistas a presente proposta da administração (“Proposta da Administração”) sobre as matérias que serão deliberadas na AGO a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 14 horas, de modo exclusivamente digital, considerada na sede da Companhia, conforme Edital de Convocação divulgado na presente data.

3. Edital de Convocação

BRASIL BROKERS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME: 08.613.550/0001-98

NIRE Nº 33.3.0028096-1

COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da Brasil Brokers Participações S.A. (“Companhia”) convocados, na forma de seu Estatuto Social, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária (“Assembleia” ou “AGO”), a realizar-se no dia 29 de abril de 2022, às 14h00min, **de modo exclusivamente digital**, nos termos do art. 4º, §2º, inciso I e art. 21-C §§2º e 3º da Instrução CVM nº 481/2009 (“ICVM 481”), para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:

- 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021;
- 2) Aprovar a destinação do resultado auferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021;
- 3) Estabelecer o número de membros que irão compor o Conselho de Administração da Companhia durante o próximo mandato (2022-2024);
- 4) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia;
- 5) Fixar a remuneração global anual da Administração (Diretoria e Conselho de Administração) para o exercício social de 2022;
- 6) Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia; e

7) Fixar a remuneração global anual do Conselho Fiscal para o exercício social de 2022.

Instruções Gerais:

- a) A Companhia informa que adotará o procedimento de voto à distância previsto na Instrução ICVM 481, permitindo que seus acionistas possam exercer seu voto na Assembleia por meio do preenchimento e entrega do boletim de voto a distância aos seus respectivos agentes de custódia, a instituição prestadora de serviços de escrituração das ações ou diretamente à Companhia, devendo ser observadas as instruções e os procedimentos constantes do item 12 do Formulário de Referência da Companhia e da Proposta da Administração;
- b) Em observância ao estabelecido na ICVM 481, informamos aos senhores acionistas que os documentos relativos às matérias que serão deliberadas na Assembleia, bem como a Proposta da Administração e o boletim de voto a distância encontram-se à disposição dos senhores acionistas no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site de RI da Companhia (www.nexpe.co);
- c) Nos termos do artigo 5º da ICVM 481/09, para obter a autorização da Companhia para participar virtualmente na AGO por meio da Plataforma os acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores deverão enviar e-mail para o endereço eletrônico ri@nexpe.co com 2 (dois) dias de antecedência da data de realização da AGO, solicitando sua participação, indicando o telefone de contato e e-mail do participante e apresentando os documentos abaixo relacionados:

Pessoa Física

- documento de identidade com foto;
- comprovante contendo informações sobre titularidade e quantidade de ações da Companhia expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia ou agente de custódia / B3, datado de até 3 (três) dias úteis antes da realização da AGO; e
- instrumento de mandato (para aqueles que forem se fazer representar por meio de procurador), acompanhado do documento de identidade com foto do procurador.

Pessoa Jurídica

- último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, devidamente registrados no órgão de registro competente;
 - documento de identidade com foto do representante legal;
 - o instrumento de mandato (para aqueles que forem se fazer representar por meio de procurador); e
 - comprovante contendo informações sobre titularidade e quantidade de ações da Companhia expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia ou agente de custódia/B3, datado de até 3 (três) dias úteis antes da realização da AGO.
-

Fundos de Investimento

- último regulamento consolidado do fundo;
- estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente);
- documentos societários que comprovem os poderes de representação, devidamente registrados no órgão de registro competente;
- documento de identidade com foto do representante legal; e
- comprovante contendo informações sobre titularidade e quantidade de ações da Companhia expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia ou agente de custódia/B3, datado de até 3 (três) dias úteis antes da realização da AGO.

d) Em caráter excepcional, a Companhia admitirá que os acionistas enviem os documentos de representação necessários indicados no Edital de Convocação apenas digitalmente, sem a necessidade de reconhecimento de firma das assinaturas ou de cópias autenticadas, em formato PDF. A Companhia aceitará procurações assinadas fisicamente ou digitalmente por meio de certificado digital (ICP-Brasil).

e) Nos termos do artigo 3º da Instrução da CVM nº 165/91, alterada pela Instrução da CVM nº 282/98, o percentual mínimo sobre o capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento).

f) Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação na Assembleia, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma, constam na Proposta de Administração da Companhia e demais documentos disponíveis nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.nexpe.co).

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022.

Francisco Roman Lamas Mendez
Presidente do Conselho de Administração

4. Proposta da Administração para as matérias que serão submetidas à deliberação na Assembleia Geral Ordinária

i. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021

O Relatório e as Contas da Administração estão apresentadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais da Companhia em 31 de dezembro de 2021 (“Demonstrações Financeiras”), cuja aprovação foi recomendada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 22 de março de 2022 e arquivada junto à CVM no mesmo dia. A BDO, Auditoria Independente da Companhia, emitiu relatório sem ressalvas às Demonstrações Financeiras apresentadas (“Relatório dos Auditores Independentes”).

As Demonstrações Financeiras, incluindo o Relatório da Administração, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes foram publicados no jornal “Valor Econômico”, tanto em seu formato físico de maneira resumida, como no formato digital, ambos nas edições do dia 23 de março de 2022, e estão disponíveis para consulta nos *websites* do jornal (<https://valor.globo.com/valor-ri/>), do RI da Companhia (www.nexpe.co) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) - www.cvm.gov.br.

A Companhia esclarece que, em observância ao artigo 9º, III da Instrução CVM 481, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, constam como Anexo A à presente Proposta da Administração.

A Administração propõe que os acionistas examinem todos os documentos disponibilizados pela Administração e aprovem o Relatório e as contas da Administração e as Demonstrações Financeiras.

ii. Aprovar a destinação do resultado auferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021

Tendo em vista o resultado auferido pela Companhia durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração propõe que o resultado seja destinado à conta de prejuízos acumulados.

iii. Estabelecer o número de membros que irão compor o Conselho de Administração da Companhia durante o próximo mandato (2022-2024)

Conforme previsto no Artigo 10º do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 7 (sete) membros. O mandato dos Conselheiros será unificado e o prazo será de 2 (dois) anos.

A proposta da administração da Companhia é que para o próximo mandato, com duração entre 29/04/2022 e a Assembleia que aprovar os resultados referentes ao exercício social de 2023, seja mantido o número mínimo de 5 (cinco) conselheiros.

iv. Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia

A Administração da Companhia propõe a eleição da chapa com os candidatos abaixo indicados, com mandato unificado de 2 (dois) anos, portanto até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2023.

Conselheiros Efetivos
Juliana Cristina Elias Araújo (Independente)
Monica Encarnacion Vidal Sanz (Independente)
Alexander Maria Kloosterman
Francisco Roman Lamas Mendes Villamil
Sam Edward Abraham Bandel

Na reunião realizada em 29 de março de 2022, os membros do Conselho de Administração apreciaram e manifestaram-se favoravelmente a respeito do atendimento aos critérios de independência estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado pelas Sras. Monica Encarnacion Vidal Sanz e Juliana Cristina Elias Araújo, candidatas aos cargos de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia. As candidatas mencionadas acima apresentaram à Companhia declaração atestando seu enquadramento em relação aos referidos critérios.

Informamos que a eleição de membros para o Conselho de Administração da Companhia ocorrerá mediante processo de votação realizado por voto simples, formando uma chapa completa de candidatos para as vagas do Conselho de Administração, que deverá ser submetida à deliberação dos acionistas, exceto se for requerida a adoção de processo de voto múltiplo.

- **Voto Múltiplo:** no caso da adoção do processo de voto múltiplo, são atribuídos a cada ação ordinária tantos votos quantos sejam os cargos a serem preenchidos no Conselho de Administração da Companhia, sendo permitido ao acionista o direito de acumular votos em um só candidato ou distribuí-los entre vários candidatos. O pedido para adoção do processo de voto múltiplo pode ser feito por acionistas que representarem, no mínimo, 5% do capital votante da Companhia, em até 48 horas antes da realização da Assembleia, mediante solicitação por escrito à Companhia.
- **Eleição em separado:** Nos termos da legislação aplicável, seja no processo de voto simples ou múltiplo, é assegurada a eleição de um membro em votação em separado, excluído o acionista controlador, pela maioria dos titulares de ações ordinárias que representarem, no mínimo, 15%

das ações com direito a voto. Caso os requisitos acima não sejam satisfeitos, os acionistas poderão agregar suas ações para eleger, em conjunto, um membro para o Conselho de Administração, desde que representem, no mínimo, 10% do capital social da Companhia. Apenas poderão solicitar a eleição em separado de membros do Conselho de Administração da Companhia, bem como participar da votação em separado, os Acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta de participação acionária mínima exigida para o exercício de tal direito durante os 3 (três) meses imediatamente anteriores à realização das Assembleias

Em observância ao disposto no artigo 10 da Instrução CVM 481, a Companhia fornece aos Acionistas, no Anexo B desta Proposta da Administração, as informações dos itens 12.5 ao 12.10 do Formulário de Referência sobre os candidatos indicados.

v. Fixar a remuneração global anual da Administração (Diretoria e Conselho de Administração) para o exercício social de 2022

A Administração propõe que a remuneração global anual da Administração (Diretoria e Conselho de Administração) para o exercício social de 2022 seja de até R\$ 8.289.418,03 (oito milhões, duzentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e dezoito reais e três centavos).

Maiores informações sobre a proposta da Administração para a remuneração global anual dos administradores estão indicadas no Anexo C à presente Proposta da Administração, em observância ao artigo 12 da Instrução CVM 481.

vi. Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia

A Companhia recebeu em 17 de março de 2022, a solicitação de inclusão no boletim de voto a distância e na Proposta da Administração, a indicação de 2 (dois) nomes ao Conselho Fiscal não permanente da Companhia, pelo acionista BB Gestão de Recursos DTVM S.A.

Analisados os requisitos previstos na ICVM 481, a solicitação foi deferida, por atender os procedimentos necessários e os documentos solicitados, de forma que o acionista atingiu o percentual mínimo exigido na referida Instrução para inclusão de candidatos no Boletim de Voto à Distância (Anexo 21-L-I).

Seguem abaixo maiores informações acerca dos candidatos indicados pelo acionista:

CANDIDATO AO CARGO DE MEMBRO TITULAR: MARCELO MARQUES PACHECO

CANDIDATO AO CARGO DE MEMBRO SUPLENTE: MARCELO RODRIGUES DE FARIAS

Os candidatos declaram que nos últimos 5 anos não estiveram relacionados a nenhum dos seguintes eventos: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial e administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática da atividade profissional ou comercial.

Declaram, ainda, não existir (i) qualquer relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau relacionadas a administradores da Companhia, controladas e controladores e (ii) qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

Deste modo, a Administração propõe que os demais acionistas, que queiram indicar candidatos ao Conselho Fiscal no Boletim de Voto a Distância, conforme permitido nos termos da Instrução CVM nº 481/09, o façam dentro do prazo de 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da Assembleia, para que o Boletim de Voto a Distância seja reapresentado para inclusão dos candidatos.

Em observância ao disposto no artigo 10 da Instrução CVM 481, a Companhia fornece aos Acionistas, no Anexo B desta Proposta da Administração, as informações dos itens 12.5 ao 12.10 do Formulário de Referência sobre os candidatos indicados.

vii. Fixar a remuneração global anual do Conselho Fiscal para o exercício social de 2022

A Administração propõe que a remuneração global anual do conselho fiscal, se instalado, para o exercício social de 2022 seja correspondente ao mínimo legal, a saber, o valor equivalente a 10% da remuneração fixa média da Diretoria, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros, multiplicada pela quantidade de membros do conselho fiscal.

Maiores informações sobre a proposta da Administração para a remuneração global anual dos administradores estão indicadas no Anexo C à presente Proposta da Administração, em observância ao artigo 12 da Instrução CVM 481.

5. Manual de Participação

Poderão participar da AGO todos os acionistas titulares de ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia, por si ou por representantes legais.

Os documentos e informações relativos às matérias que serão deliberadas na Assembleia, bem como a Proposta da Administração, os boletins de voto a distância para a AGO, encontram-se à disposição dos senhores acionistas no site da CVM (www.cvm.gov.br), na sede social da Companhia e no site de RI da Companhia (www.nexpe.co).

Nos termos do artigo 5º da ICVM 481/09, os acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores, deverão, para obter a autorização da Companhia para participação virtual na AGO por meio da Plataforma, enviar e-mail para o endereço eletrônico ri@nexpe.co com 2 (dois) dias de antecedência da data de realização da AGO, solicitando sua participação à Companhia, indicando o telefone de contato e e-mail do participante, e apresentando os documentos abaixo relacionados:

Pessoa Física

- documento de identidade com foto;
- comprovante contendo informações sobre titularidade e quantidade de ações da Companhia expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia ou agente de custódia / B3, datado de até 3 (três) dias úteis antes da realização da AGO; e
- instrumento de mandato (para aqueles que forem se fazer representar por meio de procurador), acompanhado do documento de identidade com foto do procurador.

Pessoa Jurídica

- último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, devidamente registrados no órgão de registro competente;
- documento de identidade com foto do representante legal;
- o instrumento de mandato (para aqueles que forem se fazer representar por meio de procurador); e
- comprovante contendo informações sobre titularidade e quantidade de ações da Companhia expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia ou agente de custódia/B3, datado de até 3 (três) dias úteis antes da realização da AGO.

Fundos de Investimento

- último regulamento consolidado do fundo;
- estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente);
- documentos societários que comprovem os poderes de representação, devidamente registrados no órgão de registro competente;
- documento de identidade com foto do representante legal; e
- comprovante contendo informações sobre titularidade e quantidade de ações da Companhia expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia ou agente de custódia/B3, datado de até 3 (três) dias úteis antes da realização da AGO.

Nos termos da lei societária, o acionista pode ser representado na AGO por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado; na companhia aberta, como é o caso da Companhia, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos. Nesses casos, exige-se que o respectivo procurador esteja regularmente constituído em instrumento de mandato, o qual deve conter o voto a ser pronunciado em AGO. Para tomar parte na AGO, o acionista que for representado por procurador deverá enviar à Companhia cópia do instrumento de mandato.

No caso das pessoas jurídicas estrangeiras, a documentação que comprova os poderes de representação deverá passar por processo de notariação e, a depender do país de origem, consularização ou

apostilamento, não sendo necessária a tradução juramentada se a língua de origem do documento for o português, inglês ou espanhol. Documentos redigidos em outras línguas somente serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada para uma das 3 (três) línguas mencionadas.

Em caráter excepcional, a Companhia admitirá que os acionistas enviem os documentos de representação necessários indicados no Edital de Convocação apenas digitalmente, sem a necessidade de reconhecimento de firma das assinaturas ou de cópias autenticadas, em formato PDF. A Companhia aceitará procurações assinadas fisicamente ou digitalmente por meio de certificado digital (ICP-Brasil).

Nos termos do artigo 5º, §3º da ICVM 481/09, não será admitido o acesso à Plataforma de acionistas que não apresentem os documentos de participação necessários no prazo estabelecido no Edital.

Após o recebimento da solicitação acompanhada dos documentos necessários para participação na AGO, a Companhia enviará, ao endereço de e-mail indicado pelo acionista, o link e as instruções de acesso à Plataforma aos acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores. Referidas informações serão pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização.

O acionista que participar por meio da Plataforma será considerado presente à AGO, podendo exercer seus respectivos direitos de voto, e assinante da respectiva ata da AGO, nos termos do art. 21-V, §1º da ICVM 481/09.

Caso determinado acionista não receba o convite individual para participação na AGO com até 3 (três) horas de antecedência em relação ao horário de início, deverá entrar em contato com o departamento de Relações com Investidores da Companhia pelo telefone (21) 3433-3000, a partir das 9 horas, na data da Assembleia, e com, no mínimo, 1 (uma) hora de antecedência em relação ao horário de início para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do acionista seja liberado mediante o envio de novo convite individual.

A Companhia recomenda que os acionistas acessem a Plataforma com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da AGO a fim de permitir a validação do acesso e evitar eventuais problemas operacionais com a sua utilização no dia da Assembleia e que os acionistas se familiarizem previamente com o referido sistema eletrônico.

A Companhia não se responsabiliza por problemas de conexão que os acionistas venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (e.g., instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do sistema da Plataforma, com o equipamento do acionista), dificultando ou impossibilitando a sua participação na AGO.

A Companhia reserva-se o direito de utilizar quaisquer informações constantes da gravação da AGO para: (i) registro das manifestações dos acionistas e também para visualização dos documentos apresentados durante a Assembleia; (ii) registro da autenticidade e segurança das comunicações durante a Assembleia; (iv) registro da presença e dos votos proferidos pelos acionistas; (iv) cumprimento de eventuais ordens legais de autoridades competentes; e (v) defesa da Companhia, seus administradores e terceiros contratados, em qualquer esfera judicial, arbitral, regulatória ou administrativa.

Voto à Distância e Voto Múltiplo:

O acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá (i) preencher os respectivos boletins e enviá-los diretamente à Companhia; ou (ii) transmitir as instruções de voto para prestadores de serviços aptos, nos termos do artigo 21-B, inciso II, da Instrução CVM 481, observadas as seguintes orientações:

Exercício de Voto por Meio de Prestadores de Serviços – Sistema De Voto à Distância

O acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância por meio de prestadores de serviços, nos termos do artigo 21-B, inciso II, da Instrução CVM 481, deverá transmitir suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia, observados os procedimentos e regras por estes estabelecidos, que, por sua vez, encaminharão tais instruções de voto à Central Depositária da B3. Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por estes estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações por estes exigidos.

Nos termos da Instrução CVM 481, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento dos boletins para seus agentes de custódia ou para o escriturador em até 7 (sete) dias antes da data de realização das Assembleias, salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia.

Vale notar que, conforme disposto na Instrução CVM 481, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas por um mesmo número de inscrição no CNPJ ou CPF, conforme o caso.

Envio do Boletim pelo Acionista Diretamente à Companhia

O acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância, por meio do envio do respectivo boletim diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos por e-mail para o endereço eletrônico ri@nexpe.co, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores (Luiz Augusto Rodrigues e Silva).

Como condição para participação na AGO, os acionistas que optarem por exercer seu direito de voto à distância por meio do envio do boletim de voto à distância, deverão apresentar, em até 7 (sete) dias antes da AGO, à Companhia, no endereço eletrônico acima indicado, via do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado (não serão exigidos reconhecimento de firma, notariação e consularização do boletim), bem como cópia dos seguintes documentos de representação:

- i. via física do respectivo boletim, devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- ii. cópia autenticada dos seguintes documentos:
 - a. Para pessoas naturais: documento de identidade oficial válido do acionista, com foto.

- b. Para pessoas jurídicas: (i) último Contrato Social ou Estatuto Social (conforme o caso) consolidado, acompanhado de suas eventuais alterações posteriores que não tenham sido consolidadas; (ii) documentos societários que comprovem a regularidade da representação do acionista; e (iii) documento de identidade oficial válido do representante legal do acionista, com foto.
- c. Para Fundos de Investimento: (i) último Regulamento do Fundo de Investimento, consolidado, acompanhado de suas eventuais alterações posteriores que não tenham sido consolidadas; (ii) último Contrato Social ou Estatuto Social (conforme o caso) do administrador ou gestor (conforme o caso, observada a política de voto do Fundo de Investimento), consolidado, acompanhado de suas eventuais alterações posteriores que não tenham sido consolidadas; (iii) documentos societários que comprovem a regularidade da representação do administrador ou gestor e do acionista (conforme o caso); e (iv) documento de identidade oficial válido do representante legal do administrador ou gestor (conforme o caso) e do acionista, com foto.

A Companhia admitirá que os acionistas enviem os documentos de representação necessários apenas digitalmente, sem a necessidade de reconhecimento de firma das assinaturas ou de cópias autenticadas, em formato PDF. A Companhia aceitará procurações assinadas fisicamente ou digitalmente por meio de certificado digital (ICP-Brasil).

O acionista participante da custódia fungível de ações da B3 que optar por exercer seu direito de voto à distância, por meio do envio do boletim diretamente à Companhia, deverá ainda apresentar um extrato atualizado de sua posição acionária emitido pela instituição custodiante (notadamente, o extrato emitido pela B3). Além disso, sem prejuízo das verificações de participação que a Companhia usualmente realizada nas suas Assembleias Gerais, conforme os registros atualizados de participação de sua base acionária disponíveis à Companhia, o acionista deverá informar a Companhia, por meio do endereço eletrônico ri@nexpe.co, a respeito de qualquer movimentação com as ações por ele detidas entre a data base de tal extrato e a data da AGO, juntamente com os comprovantes de tais movimentações.

Nos termos do artigo 3º da Instrução da CVM nº 165/91, alterada pela Instrução da CVM nº 282/98, o percentual mínimo sobre o capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento).

6. Representação por procuração

Caso V.Sas. prefiram indicar um representante legal para voto por procuração, os documentos que confirmam a representação também deverão ser entregues na sede da Companhia dentro dos prazos e na forma descrita acima.

Com o propósito de facilitar a participação na AGO, a Administração da Companhia deixa à disposição de seus acionistas, como mera cortesia e sem um compromisso formal de solicitação, o modelo de procuração constante do Anexo D como uma sugestão de texto e a indicação de advogado da Companhia, caso o acionista não tenha quem indicar. Dessa forma, V.Sas. deverão considerar que tal sugestão de

texto não configura um pedido público de procuração para os fins do Capítulo IV da Instrução CVM 481, mas sim uma facilidade que a Companhia coloca à sua disposição.

Procurador sugerido pela Companhia

CARLOS EDUARDO SAMPAIO AGUIAR, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 139.750 e no CPF/ME sob o nº 094.734.507-88, com endereço profissional na Av. das Américas, nº 3301, Bloco 3, Sala 204, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22631-003.

ANEXO A - Item 10 do Formulário de Referência (Condições Patrimoniais)

Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

Nosso objeto social, definido no artigo 3º do nosso Estatuto Social, consiste na participação em outras sociedades que atuem no setor imobiliário na qualidade de sócia, acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimentos, com a subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários emitidos por sociedades atuantes no setor imobiliário.

Atuamos por meio de nossas subsidiárias oferecendo aos nossos clientes uma carteira imobiliária ampla para investimentos através da intermediação de venda de edifícios, unidades residenciais, loteamentos, condomínios de casas, shopping centers, conjuntos comerciais, flats e hotéis, estando presente nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Mato Grosso, além de outros Estados exercendo a atividade de intermediação de crédito, pela controlada Credimorar. A Companhia iniciou em 2018 um novo modelo, como prestadora de serviços através de imobiliárias associadas. Estas empresas atuam no mercado do, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Bahia e do Pará.

Todas as controladas da Companhia exercem atividades relacionadas à intermediação na compra e venda de imóveis prontos e lançamentos, terrenos, lotes, administração de aluguel e condomínios, bem como demais atividades relacionadas ao mercado imobiliário, como assessoria de financiamentos. Os diretores da Companhia acreditam que somos um dos maiores e mais completos grupos de intermediação e consultoria imobiliária a clientes incorporadores e a consumidores finais de imóveis, de diversos padrões econômicos, além de ser um dos principais agentes de fomento de financiamentos imobiliários do país.

Os principais serviços prestados estão ligados à comercialização imobiliária, estudo de viabilidade imobiliária para novos empreendimentos, consultoria e planejamento de marketing para lançamentos imobiliários, acompanhamento jurídico, assessoria de crédito imobiliário e administração de locação.

A Companhia realizou nos últimos anos ampla reestruturação dos seus negócios a partir da criação de verticais que atuam de forma especializada por tipo de negócio. Acreditamos que esse modelo permite maior foco dos executivos e seus times a cada unidade de negócios, alvacando os resultados do Grupo. Essa maior diversidade de fontes de receita nos diferencia em relação aos demais agentes de mercado, permitindo que possamos capturar diferentes ciclos econômicos.

Para suportar essas diferentes verticais utilizamos estruturas compartilhadas de serviços entre cada vertical, reguladas por um contrato de prestação de serviços, capturando sinergias e ganhos de escala. Reorganizamos nosso parque de escritórios e lojas para adequar nossa estrutura ao momento atual do mercado. E conduzimos ampla renegociação com fornecedores nos últimos anos. Todas essas mudanças se baseiam na premissa tornar a Companhia mais eficiente.

O ambiente econômico e de negócios no primeiro trimestre de 2020 mostrou-se surpreendentemente desafiador em todas as partes do mundo, dada a dinâmica imposta pelo combate à pandemia provocada pela COVID-19, um evento inédito e exógeno. No Brasil, não foi diferente. A partir de meados de março de 2020, o setor imobiliário foi severamente impactado nas principais praças onde atuamos, com o fechamento de nossas lojas e plantões de venda de nossos parceiros incorporadores, impedindo os corretores de desempenhar suas atividades. A Companhia iniciou, no primeiro trimestre de 2020, ações de estruturação para enfrentar o desafio derivado de uma retração econômica.

Ao final do ano de 2020, a Companhia alienou as quotas representativas de 51% do capital social que detinha da subsidiária Primaz Empreendimentos Imobiliários Ltda. aos sócios fundadores, para continuar com seu planejamento de reestruturação visando executar sua estratégia de transformação digital.

Ainda em dezembro de 2020, foi realizada uma Assembleia Geral de Debenturistas para apreciar a proposta de capitalização total do crédito advindo da 1ª Emissão de Debenturês da Companhia, realizada em 2019. As deliberações tinham como matéria a inclusão de cláusulas prevendo o resgate antecipado, resultando no consequente encerramento da Emissão e futuro aumento de capital, por subscrição privada a ser aprovada pelos acionistas. Com a aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de janeiro de 2021, o capital foi aumentado no montante de R\$120.000.000,00, mediante a subscrição particular de 42.253.521 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Diante desse aumento, a Cerberus que detinha 72,97% das debêntures emitidas em 2019, passou a deter 30.775.975 ações ordinárias da Brasil Brokers, se tornando um acionista com participação relevante e atingindo um share de 39,16% da Companhia.

Com base nos serviços prestados pela Companhia anteriormente, nossas receitas provêm principalmente da prestação de serviços Crédito Imobiliário e de intermediação imobiliária, tendo atingido, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2010, respectivamente, R\$ 167,8 milhões, R\$ 120,2 milhões e R\$ 126,9 milhões.

As condições financeiras e patrimoniais da Companhia estão baseadas em sua posição de caixa e em elevadas margens financeiras, não apresentando endividamento com instituições financeiras.

O ano de 2021 foi, sem dúvida alguma, o ano em que a Brasil Brokers consolidou a evolução no seu modelo de negócio com foco na transformação digital. Ao longo do ano fomos construindo uma empresa onde o propósito fazer de cada experiência imobiliária uma parceria única nos norteou para que todas as melhorias fossem implementadas. Podemos dizer que hoje somos uma empresa 'Digital', pois alinhamos nossos anos de experiência no mercado imobiliário tradicional às transformações tecnológicas com um atendimento humanizado, permitindo entender melhor a necessidade de cada cliente e melhorar a jornada deste relacionamento. Para isso investimos em tecnologia proprietária transformando nossos processos e sistemas para trazer uma experiência na jornada de compra e venda única, onde o cliente possa ter todas as informações necessárias sobre o imóvel de interesse, com tour virtual e integração com os principais pontos de interesse do Google, o que possibilita e impulsiona às vendas de maneira totalmente digital e sem a necessidade de uma visita física. Este desenvolvimento, inicialmente feito na Desenrola, está sendo,

aos poucos, implementado nas demais empresas do grupo, como feito no site da Brasil Brokers, o que trouxe uma melhora significativa na experiência e navegabilidade do cliente com um layout moderno e maior velocidade na atualização dos imóveis por parte da força de vendas. Outra implementação tecnológica desenvolvida pela empresa foi a criação do sistema CredIntegrados, plataforma digital de Crédito Imobiliário, que se conecta às plataformas dos principais bancos do país, permitindo realizar e acompanhar todas as etapas do processo de financiamento, desde a simulação até a contratação do financiamento. O desenvolvimento desta plataforma continuará sendo muito importante para a Credimorar, pois permite que nossos parceiros, mesmo tendo pouca experiência em ofertar crédito imobiliário, possam fazê-lo por meio da nossa plataforma de maneira ágil e sem burocracia. A transformação digital tem sido o motor de alavancagem em nossas operações, o que tem contribuído na redução de custos de operação, além da melhora na remuneração da força de vendas. Durante o ano fizemos várias melhorias em nosso time “tech”: fortalecemos o time contratando talentos e treinando nossos colaboradores, avançamos na implementação do modelo scrum agile, garantindo agilidade nos desenvolvimentos e melhoria contínua dos nossos sistemas proprietários, além da migração para o modelo cloud based e SaaS para os data centers, que gerou ganhos de disponibilidade e performance nas nossas aplicações. Como não podíamos deixar de lado, as práticas de ESG foram incorporadas às nossas atividades e no dia a dia dos colaboradores. Temos uma grande responsabilidade com estas pautas e sabemos que isto nos ajudará a nos posicionarmos de maneira mais sustentável e perene às melhores práticas de mercado. Atendendo às necessidades de transformação social e cultural, evoluímos no Movimento #Gigantesca como principal catalisador de mudança dessa esfera, onde abordamos temas como: viés inconsciente, diversidade de gênero, sexual, social e étnico racial, com um enorme engajamento de nossos colaboradores, o que ajudou a transformar nosso ambiente de trabalho de maneira muito mais positiva, através da diversidade de pensamentos e perspectivas. Em linha com o nosso propósito, o grupo interveio diretamente em projetos de moradia, uma vez que esse tema se relaciona diretamente com os nossos negócios. Por meio do projeto “O futuro começa em Casa” em parceria com a ONG Habitat para a Humanidade Brasil, ajudamos 10 famílias em situação de vulnerabilidade com a reforma de suas moradias na cidade de Goiânia. Acreditamos que desta forma, atendemos a diversos fatores críticos da nossa sociedade e contribuímos para a evolução do país e das cidades onde atuamos. Promovemos também ações assistencialistas pontuais, com a doação de cerca de 1.363 (Hum mil trezentos e sessenta e três) itens entre livros, leite e brinquedos, contando com apoio das instituições Pastoral da Criança de Inhoaíba - RJ, Projeto Batucando - RJ, Projeto Nossa Turma - SP, Assentamento Buenos Aires- GO deixando assim, um legado positivo em todos os Estados nos quais estamos presentes.

Em 2021, a Companhia tinha um saldo de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 14,6 milhões, referindo-se basicamente a aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, em certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam de acordo com o CDI, somados ao saldo de contas a receber de curto prazo no valor de R\$ 6,3 milhões e um total de R\$ 7,4 milhões de recebíveis, comum prazo médio de recebimento estimado em 60 dias, o que possibilita o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações nos curto, médio e longo prazo

Em 2020, a Companhia tinha um saldo de caixa e aplicações financeiras no valor de R\$ 48,3 milhões, referindo-se basicamente a aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, em certificados de

depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam de acordo com o CDI, somados ao saldo de contas a receber de curto prazo no valor de R\$ 8,6 milhões e um total de R\$ 8,8 milhões de recebíveis, comum prazo médio de recebimento estimado em 60 dias, o que possibilita o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações nos curto, médio e longo prazo

O passivo de curto prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 89,1 milhões contra R\$ 79,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de de 13%.

O passivo de curto prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 79,2 milhões contra R\$ 63,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de de 25%.

Ainda em relação ao final do período encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía obrigações relacionadas às opções de venda da participação minoritária das empresas adquiridas.

O Prejuízo líquido da Companhia passou de R\$ (178,2) milhões em 2020 para R\$ (72,9) milhões em 2021.

O Prejuízo líquido da Companhia passou de R\$ (89.128) milhões em 2019 para R\$ (178,2) milhões em 2020, apresentando um aumento de 100%..

b) Estrutura de capital:

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 9,9 milhões, o que representou um aumento de 123%, ou R\$ 52 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2020. O passivo circulante da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, foi de R\$ 89,1 milhões e o passivo não circulante foi de R\$ 60,1 milhões.

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ (42) milhões, o que representou uma redução de 122%, ou R\$ 187 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2019. O passivo circulante da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, foi de R\$ 79,2 milhões e o passivo não circulante foi de R\$ 167,8 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 136 milhões, o que representou uma redução de 40%, ou R\$ 89 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2018. O passivo circulante da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, foi de R\$ 63,1 milhões e o passivo não circulante foi de R\$ 193,8 milhões

Com base nos serviços prestados pela Companhia anteriormente, nossas receitas provêm principalmente da prestação de serviços Crédito Imobiliário e de intermediação imobiliária, tendo atingido, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, respectivamente, R\$ 167,8 milhões, R\$ 120,2 milhões e R\$ 126,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tinha uma posição de caixa e de aplicações financeiras de R\$ 13,9 milhões, nenhuma dívida financeira e nenhuma obrigação com o pagamento de aquisições.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tinha uma posição de caixa e de aplicações financeiras de R\$ 9 milhões, nenhuma dívida financeira e nenhuma obrigação com o pagamento de aquisições.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha uma posição de caixa e de aplicações financeiras de R\$8,1 milhões, nenhuma dívida financeira e nenhuma obrigação com o pagamento de aquisições.

Dessa forma, a estrutura de capital da Companhia foi representada, em 2019, 2020 e 2021, por capital próprio, sem a captação de financiamento de terceiros.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros:

A Companhia em 31 de dezembro de 2021 não possuía empréstimos e financiamentos, mas apresentava um passivo circulante total no valor de R\$ 89,1 milhões. Em contrapartida, a Companhia tinha disponibilidades de caixa e de aplicações financeiras de R\$ 12,8 milhões, e um contas a receber de R\$ 7,4 milhões.

A Companhia em 31 de dezembro de 2020 não possuía empréstimos e financiamentos, mas apresentava um passivo circulante total no valor de R\$ 79,2 milhões. Em contrapartida, a Companhia tinha disponibilidades de caixa e de aplicações financeiras de R\$ 9 milhões, e um contas a receber de R\$8,8 milhões.

A Companhia em 31 de dezembro de 2019 não possuía empréstimos e financiamentos, mas apresentava um passivo circulante total no valor de R\$ 63,2 milhões. Em contrapartida, a Companhia tinha disponibilidades de caixa e de aplicações financeiras de R\$ 8 milhões, e um contas a receber de R\$25,5 milhões

A Diretoria acredita que tais informações e os Títulos e Valores Mobiliários, que podem ser resgatáveis a qualquer tempo, demonstram suficiência das disponibilidades da Companhia para cumprir com suas obrigações financeiras atuais.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas:

Em maio de 2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital com emissão de ações no valor de R\$ 67.726, com integralização em junho de 2018 de R\$ 22.054 milhões, passando dos atuais R\$ 603.662 para R\$ 625.716. Em julho de 2018, ocorreu a integralização da sobra na sua totalidade de R\$ 28.180, passando dos atuais R\$ 625.716 para R\$653.896, mediante a emissão privada total de até 106.880.371 (cento e seis milhões, oitocentos e oitenta mil e trezentos e setenta e um) novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão por ação de R\$ 0,47 (quarenta e sete centavos de real).

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia era representado por 35.480.938 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal equivalente a R\$ 640.671.

O capital social apresentado nas demonstrações financeiras de 31 dezembro de 2020 de R\$ 640.671 é deduzido de gastos incorridos com a emissão de novas ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 no valor de R\$ 13.225.

Em 12 de janeiro de 2021, foi aprovado pelo Conselho da Administração o aumento de capital com emissão de ações no valor de R\$ 120 Milhões, com integralização mediante a primeira emissão de debêntures da Companhia aprovada em assembleia em 26 de abril de 2019.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia era representado por 78.531.824 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal equivalente a R\$ 760.671.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não Aplicável.

f) Debêntures:

Não Aplicável.

g) Níveis de endividamento e características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Em 31 de dezembro de 2019, de 2020 e de 2021, a Companhia não possuía nenhum valor relacionado a empréstimos e financiamentos.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

Não Aplicável.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Não Aplicável.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas:

Não Aplicável.

(iv) Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:

Não Aplicável.

h) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

Não Aplicável.

i) **Descrições de cada item das demonstrações financeiras:**

DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS LINHAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA:

Receita de serviços: Nesta linha são consideradas as comissões que recebemos pelos serviços prestados no segmento de intermediação imobiliária, administração de carteira de locação, originação de crédito imobiliário, receita com credenciamentos e franquias e outros serviços correlatos.

Descontos e abatimentos: Nesta linha são considerados os cancelamentos e distratos. Contratualmente as partes que representamos em operações imobiliárias possibilitam às suas contra partes eventualmente a possibilidade de distrato das operações, que resultam em cancelamento, estorno ou não pagamento de nossas comissões por nossos clientes nas operações que intermediamos.

Impostos incidentes: Nesta linha são considerados os impostos que incidem sobre as receitas geradas pelas subsidiárias da Companhia, quais sejam: PIS, Cofins e ISS.

As alíquotas dos impostos federais são: PIS 0,65% e Cofins 3% para as empresas no regime de lucro presumido, contra PIS 1,65% e Cofins 7,6% para as empresas no regime de lucro real.

Já o ISS é um imposto municipal e tem sua alíquota variando de 2% a 5% dependendo de cada cidade. Nos municípios em que atuamos e prestamos a maior parte de nossos serviços como as cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, a alíquota aplicada é de 5%, mas outros municípios relevantes onde também atuamos

possuem alíquotas mais baixas como Porto Alegre com 4%, Niterói com 3% e Belo Horizonte com 2%.

Receita Líquida: Nesta linha são consideradas as Receitas de Serviços deduzida dos valores constantes das linhas “Descontos e abatimentos” e “Impostos incidentes”.

Custo dos serviços prestados: Nesta linha são considerados os gastos necessários para a prestação de nossos serviços, tais como anúncios de imóveis e eventuais pagamentos devidos à força de vendas. Os pagamentos a força de vendas são tidos como eventuais, pois a prática no mercado é de que os clientes compradores de imóveis paguem comissões diretamente à força de vendas, já que estes são corretores autônomos. No entanto, algumas vezes essa situação apresenta exceções e as imobiliárias recebem o pagamento, repassando o mesmo para a equipe de vendas.

Resultado bruto: Nesta linha é considerada a Receita líquida deduzida dos “Custos dos serviços prestados”.

Despesas administrativas: Nesta linha está incluída a maioria das despesas que a companhia precisa arcar para sua operação, tais quais: os aluguéis de lojas e matrizes das subsidiárias e da holding, despesas com energia elétrica, telefonia, folha salarial, consultorias além de outras eventuais despesas.

Honorários de diretoria: Nesta linha são consideradas as remunerações pagas aos diretores estatutários das subsidiárias e da Companhia.

Depreciações e Amortizações: Nesta linha é considerada a soma das depreciações do ativo imobilizado com as amortizações de despesas.

Amortização de Ajuste de Recuperação de Ativos: Nesta linha são consideradas as variações no teste de recuperabilidade realizado sobre as empresas adquiridas.

Despesas Financeiras: Nesta linha são consideradas tarifas bancárias e encargos financeiros decorrentes de operações financeiras.

Receitas Financeiras: Nesta linha são considerados os ganhos auferidos em decorrência de aplicações financeiras, o ajuste de preço das aquisições e a variação no valor justo das opções de compra e venda. A maior parte de nossas disponibilidades está aplicada em CDBs emitidos por bancos de primeira linha e fundos de investimento, sempre vinculadas à taxa do CDI.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais: Nesta linha são consideradas despesas diversas não relacionadas diretamente com a consecução do objeto social da companhia como, por exemplo, perdas decorrentes de processos judiciais, perdas em operações de crédito, ganhos ou perdas na venda de imobilizados, entre outras despesas/receitas não relacionadas ao negócio de consultoria e intermediação imobiliária (itens descritos em receitas de serviços).

Resultado Operacional Antes das Provisões Tributárias: Esta linha apresenta o lucro da Companhia antes dos impostos incidentes sobre seu resultado (Imposto de Renda – “IR” e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – “CSLL”).

Provisão para Imposto de Renda: Nesta linha são consideradas as provisões destinadas ao IR devido em função do resultado auferido pela Companhia em determinado exercício social.

Provisão para Contribuição Social: Nesta linha são consideradas as provisões destinadas à CSLL devida em função do resultado auferido pela Companhia em determinado exercício social.

Participação Acionistas Minoritários: Nesta linha é considerada a participação de acionistas minoritários, o pagamento de dividendos devidos aos sócios minoritários de algumas de nossas subsidiárias.

Lucro Líquido do Exercício: Nesta linha considera-se o lucro contábil do exercício social que servirá de base para pagamento de dividendos relacionados ao referido exercício social.

Caixa e Equivalentes de Caixa: Nesta linha são considerados os recursos disponíveis para pronta utilização, dinheiro em espécie e depósito em conta corrente. O Caixa e equivalente de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins.

Títulos e Valores Mobiliários: Nesta linha constam as aplicações financeiras da Companhia, acrescidos por juros, correção monetária, menos perda do valor recuperável, quando aplicável. Constitui basicamente de

certificados de depósito bancário (CDBs), títulos públicos federais e debêntures.

Contas a receber de clientes: Nesta linha são considerados os valores a receber de clientes em decorrências de nossas vendas realizadas a prazo.

Ativo Circulante: Nesta linha é considerada a soma de bens e direitos com possibilidade de utilização nos próximos 365 dias.

Terrenos disponíveis para venda: Nesta linha são considerados os imóveis que recebemos, eventualmente, como pagamento pelos serviços prestados pelas controladas da Companhia. Esses imóveis foram registrados ao valor justo na data da transação sendo equivalentes ao valor do serviço prestado e que pretendemos vender em um curto período de tempo com a finalidade de geração de caixa.

Operações com Opções: Nesta linha são consideradas as opções de compra (no Ativo) e venda (no Passivo) de participação de não controladores nas empresas adquiridas.

Ativo Realizável a Longo Prazo: Nesta linha é considerada a soma de bens e direitos que só poderemos utilizar com mais de um ano.

Imobilizado: Nesta linha são considerados os investimentos realizados em obras e equipamentos, seja para a manutenção da estrutura existente, como para a ampliação e melhoria de nossas instalações.

Intangível: Nesta linha são considerados os investimentos em licenças de uso de softwares, marcas, patentes bem como o ágio e outros ativos intangíveis identificados nas aquisições realizadas.

Empréstimos e Financiamentos: Nesta linha são considerados os empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia e suas subsidiárias, tanto para capital de giro como para investimentos, além de aquisições de imobilizados e outros ativos.

Fornecedores: Nesta linha são considerados os pagamentos que temos que realizar a nossos fornecedores, que já foram reconhecidos no resultado da Companhia, seja como custos ou como despesas.

Impostos e contribuições a recolher: Nesta linha são considerados os pagamentos de impostos que já provisionamos no resultado, mas que ainda não foram recolhidos devido ao prazo de pagamento que usamos, para fazer o recolhimento.

Contas a pagar - aquisição de empresas: Nesta linha são considerados os pagamentos que temos que realizar em decorrência das aquisições de empresas efetuadas.

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DA COMPANHIA PARA O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, COMPARADO AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

Exercício encerrado em 31 de dezembro

Demonstração dos resultados consolidados (R\$ mil)	2021	2021 (%)	2020	2020 (%)	2020 X 2019 (%)
<i>Receita de serviços</i>	167.840	-	120.230	-	40%
<i>Descontos e abatimentos</i>	-3.065	4%	-2.605	1%	18%
<i>Impostos incidentes</i>	-21.438	29%	-16.024	9%	34%
Receita líquida	143.337	196%	101.601	57%	41%
<i>Custo dos serviços prestados</i>	-54.668	75%	-37.949	21%	-44%
Resultado bruto	88.669	121%	63.652	36%	39%
Despesas e receitas operacionais:	-127.628	175%	-107.468	60%	19%
<i>Despesas administrativas</i>	-89.447	122%	-77.560	44%	15%
<i>Honorários de diretoria</i>	-2.554	3%	-4.302	2%	-41%
<i>Provisão para devedores duvidosos</i>	506	-1%	-2.519	1%	-
<i>Outras receitas (despesas) operacionais</i>	-35.440	48%	-23.087	13%	120%
<i>Equivalência Patrimonial</i>	-693	1%	-	0%	54%
EBITDA					
<i>Depreciações e amortizações</i>	-8.987	12%	-11.376	6%	-21%
<i>Ajuste de valor recuperável de ativos</i>	-7.000	10%	-	67%	-94%
<i>Despesas financeiras</i>	-19.402	27%	-5.668	3%	242%
<i>Receitas financeiras</i>	1.874	-3%	1.829	-1%	2%
Resultado financeiro	-33.515	46%	-134.077	75%	-75%
Resultado operacional antes das provisões tributárias	-72.474	99%	-177.893	100%	-59%
<i>Provisão para imposto de renda</i>	-481	1%	-704	0%	-32%
<i>Provisão para contribuição social</i>	-183	0%	-274	0%	-33%
Prejuízo do exercício das operações continuadas	73.138	100%	-178.871		-59%
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	72.944		-179.104		
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores	194		233		

<i>Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas</i>	-	979
<i>Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores</i>	-	979
<i>Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores</i>	-	-

<i>Prejuízo do exercício</i>	73.138	-177.892
<i>Prejuízo atribuído aos acionistas controladores</i>	72.944	-178.125
<i>Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores</i>	194	233

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DA COMPANHIA PARA O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, COMPARADO AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Exercício encerrado em 31 de dezembro					
Demonstração dos resultados consolidados (R\$ mil)	2020	2020 (%)	2019	2019 (%)	2019 X 2020 (%)
<i>Receita de serviços</i>	120.230	-68%	126.883	-179%	-5%
<i>Descontos e abatimentos</i>	-2.605	1%	2.973	4%	-12%
<i>Impostos incidentes</i>	-16.024	9%	17.374	25%	-8%
<i>Receita líquida</i>	101.601	-57%	106.536	151%	-5%
<i>Custo dos serviços prestados</i>	-37.949	21%	33.537	47%	13%
<i>Resultado bruto</i>	63.652	-36%	72.999	103%	-13%

Despesas e receitas operacionais:	-	-	219	-31%
	107.46	60%	155.0	
	8		17	
<i>Despesas administrativas</i>	-77.560	44%	90.84	-15%
			5	
<i>Honorários de diretoria</i>	-4.302	2%	5.285	-19%
<i>Provisão para devedores duvidosos</i>	-	1%	-	103%
	2.519		1.239	
<i>Outras receitas (despesas) operacionais</i>	-23.087	13%	57.64	-60%
			8	
EBITDA				
<i>Depreciações e amortizações</i>	-11.376	6%	12.37	-8%
			3	
<i>Ajuste de valor recuperável de ativos</i>	-	67%	-	100%
	118.86		-	
	2			
<i>Despesas financeiras</i>	-5.668	3%	-	91%
			2.973	
<i>Receitas financeiras</i>	1.829	-1%	5.159	-65%
Resultado financeiro	-	75%	14	1216
	134.07		7	%
	7		7	
Resultado operacional antes das provisões tributárias	-	100%	130	93%
	177.89		5	
	3			
<i>Provisão para imposto de renda</i>	-704	0%	-487	45%
<i>Provisão para contribuição social</i>	-274	0%	-209	31%
Prejuízo do exercício das operações continuadas	-		-	
	178.87		92.90	93%
	1		1	
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	-		-	
	179.10		93.56	
	4		1	
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores	233		660	
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas	979		979	

Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	979	979
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	-

	-	-
Prejuízo do exercício	177.89	70.76
	2	5
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	178.12	89.12
	5	8
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	233	18.36
		3

Receita de Serviços

Nossa conta de receita de serviços passou de R\$120,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$167,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 47,6 milhões ou um aumento de 40% entre um período e outro.

Nossa conta de receita de serviços passou de R\$126,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$120,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$ 6,7 milhões ou 5% entre um período e outro.

Descontos e Abatimentos

Nossa conta de descontos e abatimentos passou de 2,6 milhões em dezembro de 2020 para 3,1 milhões em dezembro de 2021.

Nossa conta de descontos e abatimentos passou de R\$ 3 milhões em dezembro de 2019 para 2,6 milhões em dezembro de 2020.

Impostos Incidentes

Nossa conta de impostos incidentes passou de 16 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 21,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 5,4 milhões ou 34% entre um período e outro. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, essa conta apresentou um valor de R\$17,4 milhões. Os impostos incidentes sobre as receitas são: PIS, Cofins e ISS.

Receita Líquida

Nossa receita líquida passou de R R\$ 101,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020,

para R\$ 143,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 41,7 milhões ou 41% entre um período e outro. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, essa conta apresentou um valor de R\$106,5 milhões.

Custo dos serviços prestados

Nossa conta de custos dos serviços prestados passou R\$ 37,9 milhões em 2020, para R\$ 54,7 milhões no ano de 2021, representando um acréscimo de R\$ 16,7 milhões ou 44%. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 essa conta apresentou um valor de R\$ 33,5 milhões.

Despesas Administrativas

Nossa conta de despesas administrativas passou de R\$ 77,6 milhões em 2020 para R\$ 89,4 milhões em 2021 , representando um aumento de R\$ 11,8 milhões ou 15,% entre um ano e outro.

Nossa conta de despesas administrativas passou de R\$ 93,7 milhões em 2019 para R \$ 78,8 milhões em 2020 , representando uma redução de R\$ 14,9 milhões ou 15,9% entre um ano e outro.

Honorários de Diretoria

Nossa conta de honorários de diretoria, considerando os dados consolidados com valores dos diretores das controladas da companhia, passou de R\$ 4,3 milhões no ano de 2020 para R\$ 2,6 milhões em 2021, representando uma redução de 41% entre os anos de 2020 e 2021.

Nossa conta de honorários de diretoria, considerando os dados consolidados com valores dos diretores das controladas da companhia, passou de R\$ 5,3 milhões em 2019 para R\$ 4,3 milhões no ano de 2020, representando uma redução de 19% entre os anos de 2019 e 2020.

Depreciação e Amortização

Nossa conta de depreciação e amortização passou de R\$ 11,4 milhões em 2020 para R\$ 8,9 milhões em 2021, representando uma diminuição de R\$ 2,4 milhões ou 21% entre os anos de 2020 e 2021.

Nossa conta de depreciação e amortização passou de R\$ 12,4 milhões em 2019 para R\$ 11,4 milhões em 2020, representando uma diminuição de R\$ 1 milhão ou 8,8% entre os anos de 2019 e 2020.

Despesas Financeiras

Nossa conta de despesas financeiras passou de R\$ 5,7 milhões em 2020 para R\$19,4 milhões no ano de 2021, representando um aumento de R\$ 13,7 milhões ou 242% entre os anos de 2020 e 2021.

Nossa conta de despesas financeiras passou de R\$3 milhões no ano de 2019 para R\$ 5,7 milhões em

2020, representando um aumento de R\$ 2,7 milhões ou 91% entre os anos de 2019 e 2020.

Receitas Financeiras

Nossa conta de receitas financeiras passou de R\$ 1,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 1,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, não havendo nenhuma redução ou aumento entre o ano de 2020 e 2021.

Nossa conta de receitas financeiras passou de R\$ 5,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$ 3,3 milhões ou 65% entre um período e outro. Esta diminuição se deu em razão de uma redução dos rendimentos por diminuição de nossas aplicações financeiras.

Amortização de Ajuste de Recuperação de Ativos

Em 2020 alocamos R\$ 118,9 milhões na conta Amortização de Ajuste de Recuperação de Ativos relativo aos efeitos não caixa provenientes da baixa do ágio da Abyara em função da atualização do valor justo, em 2021 alocamos R\$ 7 milhões também em função da atualização do valor justo da Abyara.

Em 2019 não houve ajuste de recuperação de ativos e em 2020 alocamos R\$ 118,9 milhões referente a baixa do ágio da nossa subsidiária Abyara.

Outras Despesas Operacionais

Nossa conta de outras despesas operacionais passou de R\$ 23 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 35,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 12,3 milhões ou 54% entre um exercício e outro. Neste grupo encontram-se impactos de nossas provisões de contencioso, que vem reduzindo drasticamente ao longo dos últimos anos.

Nossa conta de outras despesas operacionais passou de R\$57,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 23 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma diminuição de R\$ 34,6 milhões ou 60% entre um exercício e outro. Neste grupo encontram-se impactos de nossas provisões de contencioso, que vem reduzindo drasticamente ao longo dos últimos anos.

Resultado Operacional Antes das Provisões Tributárias

Nossa conta de resultado operacional antes das provisões tributárias passou de R\$(92,2) milhões no período do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ (177,9) milhões no período do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e R\$(72,5) milhões no período do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Nosso resultado de 2020 e 2021 foi impactado pelo ajuste de impairment da Abyara.

Nossa conta de resultado operacional antes das provisões tributárias passou de R\$(92,2) milhões no período do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ (177,9) milhões no período do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Nosso resultado de 2020 foi impactado principalmente, pelo ajuste de impairment da Abyara.

Provisão para Imposto de Renda

Nossa conta de provisão para imposto de renda passou de R\$ 0,5 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, R\$ 0,7 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 0,4 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Nossa conta de provisão para imposto de renda passou de R\$ 0,5 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 0,7 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Provisão para Contribuição Social

Nossa conta de provisão para contribuição social foi de R\$ 0,2 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 0,2 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 0,1 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Nossa conta de provisão para contribuição social passou de R\$ 0,2 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 0,2 milhão no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Resultado líquido dos Acionistas da Empresa

Nossa conta de prejuízo líquido do período passou de R\$(70,8) milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ (177,9) milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e R\$(73,1) milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Nossa conta de prejuízo líquido do período passou de R\$(70,8) milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ (177,9) milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NAS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, COMPARADO AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

Ativo Consolidado (R\$ mil)	2021	2021 (%)	2020	2020 (%)	2021 X 2020 (%)
Ativo Circulante:					
Caixa, equivalentes de caixa	12.816	8%	8.957	4%	43%
Títulos e valores mobiliários	634	0%	28.721	14%	-98%

<i>Contas a receber de clientes</i>	6.255	4%	8.575	4%	-27%
<i>Adiantamentos a fornecedores</i>	488	0%	517	0%	-6%
<i>Impostos a recuperar</i>	5.705	4%	4.066	2%	40%
<i>Despesas antecipadas</i>	1.547	1%	932	0%	66%
<i>Contas a receber - Revenda empresas</i>	-	0%	300	0%	-100%
<i>Outros créditos</i>	3.389	2%	3.920	2%	-14%
Total do ativo circulante:	30.834	19%	55.988	27%	-45%
Ativo não Circulante:					
Realizável a longo prazo					
<i>Títulos e valores mobiliários</i>	1.133	1%	10.687	5%	-89%
<i>Contas a receber de clientes</i>	1.105	1%	220	0%	402%
<i>Terrenos disponíveis para venda</i>	947	1%	1.447	1%	-35%
<i>Impostos a recuperar</i>		0%	1.927	1%	-100%
<i>Depósitos Judiciais</i>	12.972	8%	13.698	7%	-5%
<i>Contas a receber - Revenda empresas</i>	39	0%	40	0%	-3%
<i>Outros Créditos</i>	1.553	1%	1.108	1%	40%
Total realizável a longo prazo	17.749	11%	29.127	14%	-39%
Investimentos em controladas					
<i>Direito de uso de arrendamento Imobilizado</i>	9.537	6%	13825	6%	-31%
<i>Intangível:</i>	5.628	4%	7.769	3%	-28%
	95.328	60%	98.506	53%	-3%
	110.493	69%	120.100	62%	-8%
Total do ativo não circulante:	128.242	81%	149.227	77%	-14%

Total do ativo	159.076	100%	205.2	100%	-22%
			15		

Ativo Circulante

Nosso ativo circulante passou de R\$ 56 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 31 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, apresentando uma redução de R\$25 milhões ou 45%. Impactado principalmente, pela redução títulos e valores mobiliários e do contas a receber

Títulos e valores mobiliários

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 ficamos com um saldo de R\$ 1,8 milhões e em 31 de dezembro de 2020 ficamos com um saldo de R\$ 39,4 milhões. Os valores dos títulos foram consolidados na conta de Caixa, Equivalentes de Caixa.

Contas a receber de clientes

Nosso contas a receber de clientes, no ativo circulante, passou de R\$ 8,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 7,3 milhões no exercício de 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de R\$ 2,3 milhões ou 27% entre um período e outro.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Nosso ativo realizável a longo prazo passou de R R\$ 29,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 17,7 milhões em 31 de dezembro de 2021. Impactado pela redução do saldo de títulos de valores mobiliários.

Imobilizado

O imobilizado passou de R\$ 7,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5,6 em 31 de dezembro de 2021, representando um decréscimo de R\$ 2,1 milhões ou 28% entre um ano e outro.

Intangível

O intangível passou de R\$ 98,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 95,3 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de R\$ 3,1 milhões ou 3% entre um ano e outro. Impactado principalmente pelo registro do ajuste de avaliação patrimonial em 2021.

Ativo não Circulante

O ativo não circulante passou de R\$ 149,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020

para R\$ 128,2 em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de R\$ 21 milhões ou 14% entre um ano e outro.

Exercício encerrado em 31 de dezembro 2021					
Passivo Consolidado (R\$ mil)	2021	2021 (%)	2020	2020 (%)	2021 X 2020 (%)
Passivo Circulante:					
<i>Fornecedores</i>	6.881	4%	3.232	2%	113%
<i>Arrendamento custo amortizado</i>	4.154	3%	5447	3%	-24%
<i>Salários, provisões e contribuições sociais</i>	14.527	9%	10.119	5%	44%
<i>Parcelamentos judiciais</i>	13.979	9%	10.777	5%	30%
<i>Impostos e contribuições a recolher</i>	13.236	8%	16.753	8%	-21%
<i>Adiantamentos de clientes</i>	233	0%	750	0%	-69%
<i>Dividendos a pagar</i>	69	0%	70	0%	-1%
<i>Provisão para riscos processuais</i>	22.502	14%	24.848	12%	-9%
<i>Valores a repassar de operação de locação</i>	2.656	2%	5.541	3%	-52%
<i>Outras contas a pagar</i>	10.883	7%	1.671	1%	551%
Total do passivo circulante:	89.120	56%	79.208	39%	13%
Passivo não Circulante:					
Exigível a longo prazo					
<i>Parcelamentos Judiciais</i>	408	0%	2.381	1%	-83%
<i>Arrendamento custo amortizado</i>	7.718	5%	10.528	5%	-27%
<i>Provisão para riscos processuais</i>	33.754	21%	37.273	18%	-9%
<i>Salários, provisões e contribuições sociais</i>	4.326	3%	-	56%	100%
<i>Outras contas a pagar</i>	-	0%	3.090	2%	-100%
<i>Impostos e contribuições a recolher</i>	13.894	9%	-	-	100%
<i>Debêntures</i>	0	0%	114.537	-	100%
Total do passivo não circulante:	60.100	38%	167.809	82%	-64%
Patrimônio líquido:					
<i>Capital social</i>	760.671	478%	640.671	312%	19%
<i>Reserva de capital</i>	37.433	24%	43.478	21%	-14%
<i>Prejuízos Acumulados</i>	-696.511	-438%	-623.567	-304%	12%
<i>Ações em tesouraria</i>	-17.562	-11%	-23.717	-12%	-26%

Reserva de opção de compra de ações	5.044	3%	628	0%	703%
Transações com não-controladores	-79.591	-50%	-79.536	-39%	0%
Patrimônio líquido dos controladores:	9.484	6%	-42.043	-20%	-123%
Participação dos acionistas não controladores	372	0%	241	0%	54%
Total do patrimônio líquido:	9.856	6%	-41.802	-20%	-124%
Total do passivo e patrimônio líquido	159.076	100%	205.215	100%	-144%

Passivo Circulante

Nosso passivo circulante passou de R\$ 79,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 89,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, apresentando aumento de 13% com relação ao ano anterior, devido principalmente a fornecedores, parcelamento de impostos previdenciários e outras contas a pagar.

Fornecedores

Nossa conta de fornecedores ficou em R\$ 3,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, ficando R\$ 6,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Salários provisões e contribuições sociais

Nossa conta de salários, provisões e contribuições sociais passou de R\$ 10 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 15 milhões no exercício de 31 de dezembro de 2021.

Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher passaram de R\$ 16,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 27,1 em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento redução de R\$ 10,4 milhões ou 62% entre um período e outro. Os impostos federais (PIS, Confins, Imposto de Renda e Contribuição Social) são recolhidos na maioria de nossas subsidiárias quando há entrada de caixa.

Dividendos a pagar

A conta de dividendos a pagar permaneceu em nos períodos de 31 de dezembro 2021 e 31 de dezembro 2020 em R\$ 0,1 milhões.

Passivo Não Circulante

Nosso passivo não circulante passou de R\$ 167,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 60,1 em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de R\$ 107,7 milhões ou 64% entre um período e outro, principalmente devido a capitalização das debêntures

Participação de minoritários

A conta de participação de R\$ 0,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 0,04 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando de 54% entre um período e outro.

Capital Social

Nosso capital social ficou em R\$ 640,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e em 760,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Devido ao aumento de capital que tivemos em 2021.

Como evento subsequente, em 20 de janeiro de 2022, a Diretoria da Companhia, autorizada pelo Conselho de Administração, firmou operação de crédito com o Banco Bradesco, por meio da qual foi emitida Cédula de Crédito Bancário no valor total de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais). de acordo com as seguintes principais condições:

- Prazo de carência: 6 meses
- Taxa de juros: 128,8% do CDI
- Prazo da operação: 48 meses
- Garantias: (i) cessão fiduciária de direitos creditórios; e (ii) cessão fiduciária de aplicação financeira, a ser formalizada e constituída no prazo de até 10 meses a contar da data de emissão da Cédula de Crédito Bancário.

Os recursos líquidos provenientes da contratação do referido empréstimo serão utilizados pela Companhia para a recomposição do caixa no âmbito de seus negócios e para o reforço em sua transformação digital

Em 27 de janeiro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um aumento de capital com expectativa mínima de R\$ 39.000.000,00 (trinta e nove milhões de reais) e máxima de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), mediante a emissão, para subscrição privada, de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, ("Ações") e, no máximo, 99.009.901 Ações, a um preço de emissão de R\$ 1,01 (um real e um centavo).

O aumento de capital tem por razões o fortalecimento da estrutura de capital e a melhora da sua liquidez para atender a execução do seu plano de negócios e sua estratégia de transformação digital. Os recursos obtidos permitirão à Companhia melhorar sua posição de caixa para dar continuidade em seus investimentos em tecnologia, visando o seu crescimento.

Prejuízo Acumulado

O Prejuízo Acumulado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 623,6 milhões e em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 696,5 milhões.

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NAS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, COMPARADO AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 .

Ativo Consolidado (R\$ mil)	2020	2020 (%)	2019	2019 (%)	2020 X 2019 (%)
Ativo Circulante:					
<i>Caixa, equivalentes de caixa</i>	8.957	4%	8.164	2%	10%
<i>Títulos e valores mobiliários</i>	28.721	14%	47.918	12%	-40%
<i>Contas a receber de clientes</i>	8.575	4%	25.141	6%	-66%
<i>Adiantamentos a fornecedores</i>	517	0%	765	0%	-32%
<i>Impostos a recuperar</i>	4.066	2%	5.125	1%	-21%
<i>Despesas antecipadas</i>	932	0%	1.870	0%	-50%
<i>Contas a receber - Revenda empresas</i>	300	0%	1066	0%	-72%
<i>Outros créditos</i>	3.920	2%	3.979	1%	-1%
Total do ativo circulante:	55.988	27%	94.028	23%	-40%
Ativo não Circulante:					
Realizável a longo prazo					
<i>Títulos e valores mobiliários</i>	10.687	5%	34.748	9%	-69%
<i>Contas a receber de clientes</i>	220	0%	377	0%	-42%
<i>Terrenos disponíveis para venda</i>	1.447	1%	1.107	0%	31%
<i>Impostos a recuperar</i>	1.927	1%	4.361	1%	-56%
<i>Depósitos Judiciais</i>	13.698	7%	15.579	4%	-12%
<i>Contas a receber - Revenda empresas</i>	40	0%	597	0%	-93%
<i>Outros Créditos</i>	1.108	1%	4.106	1%	-73%
Total realizável a longo prazo	29.127	14%	60.875	15%	-52%
Investimentos em controladas					
<i>Direito de uso de arrendamneto</i>	13.825	7%	22596	6%	-39%
<i>Imobilizado</i>	7.769	4%	10.393	3%	-25%
<i>Intangível:</i>	98.506	48%	215.064	53%	-54%
	120.100	59%	248.053	62%	-52%
Total do ativo não circulante:	149.227	73%	308.928	77%	-52%
			0		
Total do ativo	205.215	100%	402.956	100%	-49%

Ativo Circulante

Nosso ativo circulante passou de R\$ 94 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 56 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, apresentando uma redução de R\$38 milhões ou 40%. Impactado principalmente, pela redução títulos e valores mobiliários e do contas a receber.

Títulos e valores mobiliários

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 ficamos com um saldo de R\$ 39,4 milhões e em 2019 com R\$ 82,7 milhões. Os valores dos títulos foram consolidados na conta de Caixa, Equivalentes de Caixa.

Contas a receber de clientes

Nosso contas a receber de clientes, no ativo circulante, passou de R\$ 25,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 8,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$ 16,7 milhões ou 65,5% entre um período e outro.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Nosso ativo realizável a longo prazo passou de R\$ 60,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 29,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Impactado pela redução do saldo de títulos de valores mobiliários.

Imobilizado

O imobilizado passou de R\$ 10,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 7,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um decréscimo de R\$ 2,6 milhões ou 25% entre um ano e outro.

Intangível

O intangível passou de R\$ 215,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 98,5 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$ 116,6 milhões ou 54% entre um ano e outro. Impactado principalmente pelo registro do ajuste de avaliação patrimonial em 2020.

Ativo não Circulante

O ativo não circulante passou de R\$308,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 149,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$ 159,73 milhões ou 52% entre um ano e outro.

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NAS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, COMPARADO AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Exercício encerrado em 31 de dezembro 2020					
Passivo Consolidado (R\$ mil)	2020	2020 (%)	2019	2019 (%)	2019 X 2018 (%)
Passivo Circulante:					
<i>Fornecedores</i>	3.232	2%	3.237	1%	0%
<i>Arrendamento custo amortizado</i>	5.447	3%	6644	0%	-18%
<i>Salários, provisões e contribuições sociais</i>	10.119	5%	5.889	1%	72%
<i>Parcelamentos judiciais</i>	10.777	5%	11.169	3%	-4%
<i>Impostos e contribuições a recolher</i>	16.753	8%	10.098	3%	66%
<i>Adiantamentos de clientes</i>	750	0%	603	0%	24%
<i>Dividendos a pagar</i>	70	0%	1.079	0%	-94%
<i>Provisão para riscos processuais</i>	24.848	12%	20.836	5%	19%
<i>Valores a repassar de operação de locação</i>	5.541	3%	1.970	0%	181%
<i>Outras contas a pagar</i>	1.671	1%	1.630	0%	3%
Total do passivo circulante:	79.208	39%	63.155	16%	25%
Passivo não Circulante:					
Exigível a longo prazo					
<i>Parcelamentos Judiciais</i>	2.381	1%	1.821	0%	31%
<i>Arrendamento custo amortizado</i>	10.528	5%	17.771	0%	-41%
<i>Provisão para riscos processuais</i>	37.273	18%	58.088	14%	-36%
<i>Debêntures</i>	114.537	56%	113.028	0%	1%
<i>Outras contas a pagar</i>	3.090	2%	3.090	1%	0%
Total do passivo não circulante:	167.809	82%	193.798	48%	-13%
Patrimônio líquido:					
<i>Capital social</i>	640.671	312%	640.671	159%	0%
<i>Reserva de capital</i>	43.478	21%	43.478	11%	0%
<i>Prejuízos Acumulados</i>	-623.567	-304%	-445.442	-111%	40%
<i>Ações em tesouraria</i>	-23.717	-12%	-23.717	-6%	0%
<i>Reserva de opção de compra de ações</i>	628	0%	591	0%	6%
<i>Transações com não-controladores</i>	-79.536	-39%	-79.536	-20%	0%

Patrimônio líquido dos controladores:	-42.043	-20%	136.045	34%	-131%
Participação dos acionistas não controladores	241	0%	9958	2%	-98%
Total do patrimônio líquido:	-41.802	-20%	146.003	36%	-129%
Total do passivo e patrimônio líquido	205.215	100%	402.956	100%	-49%

Passivo Circulante

Nosso passivo circulante passou de R\$ 63,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 79,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, apresentando aumento de 25% com relação ao ano anterior, devido principalmente ao parcelamento de impostos, aumento de Valores a repassar de operação de locação e de Provisão para riscos processuais.

Fornecedores

Nossa conta de fornecedores ficou em R\$ 3,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, ficando e R\$ 3,2 milhões no exercício de 2020.

Salários provisões e contribuições sociais

Nossa conta de salários, provisões e contribuições sociais passou de R\$ 6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 10 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher passaram de R\$ 10,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 16,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 6,7 milhões ou 66% entre um período e outro. Os impostos federais (PIS, Confins, Imposto de Renda e Contribuição Social) são recolhidos na maioria de nossas subsidiárias quando há entrada de caixa. Variação relacionada ao parcelamento e postergações aderidas durante o ano de 2020.

Dividendos a pagar

A conta de dividendos a pagar passou de R\$ 1,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 0,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$ 1 milhão ou 94%.

Passivo Não Circulante

Nosso passivo não circulante passou de R\$ 193,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de

2019 para R\$ 167,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$ 26 milhões ou 13% entre um período e outro.

Participação de minoritários

A conta de participação de minoritários passou de R\$ 9,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 0,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de R\$ 9,6 milhões ou 97% entre um período e outro.

Capital Social

Nosso capital social ficou em R\$ 640,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 e em R\$ 640,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Não tivemos nenhum aumento ou redução de capital neste período.

Como evento subsequente, a Companhia teve um aumento de capital social em 12 de janeiro de 2021, conforme indicado na alínea (d) desse Anexo.

Prejuízo Acumulado

O Prejuízo Acumulado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 445,4 milhões, e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 623,6 milhões.

ANEXO B - Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

Item 12.5	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
a. nome	Juliana Cristina Elias Araújo	Monica Encarnacion Vidal Sanz	Alexander Maria Kloosterman	Francisco Roman Lamas Mendes Villamil	Sam Edward Abraham Bandel
b. Data de nascimento	05/04/1976	27/04/1968	31/03/1956	12/04/1966	02/03/1984
c. Profissão	Advogada	Economista	Advogado	Administrador	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	263.882.568-99	XDA947316-P	BW5F75054	PAJ615115-P	135557794-P
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho de Administração	Membro Efetivo do Conselho de Administração	Membro Efetivo do Conselho de Administração	Membro Efetivo do Conselho de Administração	Membro Efetivo do Conselho de Administração
f. data de eleição	29/04/2022	29/04/2022	29/04/2022	29/04/2022	29/04/2022
g. data da posse	29/04/2022	29/04/2022	29/04/2022	29/04/2022	29/04/2022
h. prazo do mandato	Até a AGO que irá deliberar sobre o resultado findo em 31/12/2023	Até a AGO que irá deliberar sobre o resultado findo em 31/12/2023	Até a AGO que irá deliberar sobre o resultado findo em 31/12/2023	Até a AGO que irá deliberar sobre o resultado findo em 31/12/2023	Até a AGO que irá deliberar sobre o resultado findo em 31/12/2023
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo	Sim. Declaração do candidato conforme Art 17, I do Regulamento do Novo Mercado	Sim. Declaração do candidato conforme Art 17, I do Regulamento do Novo Mercado	N/A	N/A	N/A
l. número de mandatos consecutivos	1	1	1	1	1
m. informações sobre: Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	A Sra. Juliana Araujo é Diretora de Compliance da Crypto.com e possui ampla experiência na	A Sra. Monica Sanz é Co-founder and Managing Director na Lattice Capital Partners, empresa especializada em	O Sr. Alexander Maria Kloosterman possui ampla experiência em altos cargos executivos, de	O Sr. Francisco Roman Lamas Mendez Villamil iniciou sua carreira Barclays Bank - Madrid, passando	O Sr. Sam Edward Abraham Bandel é Senior Vice President da Cerberus Capital Management

<p>nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor, indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.</p>	<p>liderança de programas jurídicos, de conformidade e de gerenciamento de riscos corporativos em empresas internacionais de serviços financeiros. É graduada em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mestre em Direito das Relações Econômicas Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e possui Pós-Graduação em Administração de Empresas pela FGV.</p>	<p>investimentos de capital de risco. Antes de fundar a Lattice Capital Partners atuou em empresas como MVS Global Consulting Services, Arcano USA, Andino Capital e JP Morgan. É bacharel em Economia e Administração de Empresas pelo Colégio Universitario de Estudios Financieros de Madrid, possuindo Investment Management Program na London Business School e Executive program in Social Entrepreneurship em Stanford Business School. Participando ainda de diversos Conselhos como Independent Board Member, Member of the Board of Advisors, Member of the Board of Trustees, Member of the Board of Directors.</p>	<p>grandes empresas, com foco em instituições financeiras, atuação em diversos países, inclusive no Brasil, no ano de 1992, tendo nesta ocasião ocupado o cargo de Presidente do Banco Holandes Unido S.A. Atualmente, como uma de suas atribuições, ocupa o cargo de Diretor de Investimentos (“Investor Director”) da empresa Cerberus Global Investments, desde fevereiro/2020. Já, em sua formação acadêmica, cursou Master of Law, com especialização em Direito Civil, na Holanda, além de outros importantes certificados e especializações.</p>	<p>posteriormente pela Lek Partnership – Londres e Milão. Foi Diretor e Sócio da consultoria McKinsey & Company por aproximadamente 11 anos, tendo atuado em projetos junto ao Varejo, Mídia, TI, Telecomunicações e Finanças. Atuou também na Agrolimen – Madrid, até se tornar um Senior Advisor da Cerberus Capital em 2013. Desde então foi CEO da Haya Real Estate - Espanha, Diretor da Home Decor – Reino Unido e CRO da AVON Brasil. Formado em Administração de Empresas pelo ICADE Madrid, concluiu MBA no Instituto Europeu de Administração de Empresas (INSEAD) em 1995.</p>	<p>desde janeiro de 2020. Anteriormente atuou no Arias Resource Capital Management, na Hudson Clean Energy Partners e no J.P. Morgan Securities. Formado em Engenharia da Computação pela Universidade da Pensilvânia, concluiu MBA em Finanças e Empreendedorismo também na Universidade da Pensilvânia, The Wharton School.</p>
<p>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os</p>	<p>Não há</p>	<p>Não há</p>	<p>Não há</p>	<p>Não há</p>	<p>Não há</p>

<p>últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>					
--	--	--	--	--	--

Item 12.5	CONSELHO FISCAL	
a. nome	MARCELO MARQUES PACHECO	MARCELO RODRIGUES DE FARIAS
b. data de nascimento	01/06/1972	03/10/1969
c. Profissão	Bancário	Bancário
d. CPF ou número do passaporte	002.629.827-90	844.057.327-87
e. cargo eletivo ocupado	Membro Titular do Conselho Fiscal	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	29/04/2022	29/04/2022
g. data da posse	29/04/2022	29/04/2022
h. prazo do mandato	Até a AGO que irá deliberar sobre o resultado findo em 31/12/2022	Até a AGO que irá deliberar sobre o resultado findo em 31/12/2022
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Nenhum	Nenhum
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Não. Indicado por acionistas minoritários na AGO de abril de 2022	Não. Indicado por acionistas minoritários na AGO de abril de 2022
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo	Sim. Declaração do candidato conforme Art 17, I do Regulamento do Novo Mercado	Sim. Declaração do candidato conforme Art 17, I do Regulamento do Novo Mercado
l. número de mandatos consecutivos	0	0

<p>Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor, indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>BB DTVM (serviços financeiros, gestão de ativos) 2019 a atual: Diretor da Gestão de ativos da BB DTVM 2007 a 2019 Gerente Executivo da Gerência de Fundos Multimercado e Off-Shore da BB DTVM (i) e (ii) Não.</p>	<p>BB DTVM (serviços financeiros, gestão de ativos) AMEC – Associação dos Investidores do Mercado de Capitais (associação de investidores, organização sem fins lucrativos. Mar/2020 a Atual: Gerente Executivo de Análise e Alocação Doméstica da BB DTVM. Nov/2019 a mar/20: Gerente Executivo de Governança, Regulação e Compliance da BB DTVM. 2013 a 2019: Gerente de Divisão de Análise de Crédito na BB DTVM. 2020 a Atual: Conselheiro Deliberativo da AMEC Brasil - Associação de Investidores no Mercado de Capitais. (i) e (ii) Não.</p>
<p>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	<p>Não há</p>	<p>Não há</p>

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Item 12.6	Sam Edward Abraham Bandel	Jorge Alberto Eduardo Fergie Corser	Francisco Roman Lamas Mendez Villamil	Robert Harold Milam	Daniel Guerbatin	Monica Encarnacion Vidal Sanz	Juliana Cristina Elias Araujo	Alexander Maria Kloosterman
Conselho de Administração	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5, em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Item 12.7	COMITÊ DE AUDITORIA NÃO ESTATUTÁRIO		
a. nome	Luiz Augusto Rodrigues e Silva	Carlos Eduardo Sampaio Aguiar	Em Vacância
b. data de nascimento	19/9/1985	13/05/1982	N/A
c. Profissão	Administrador	Advogado	N/A
d. CPF ou número do passaporte	325.200.948-00	094.734.507-88	N/A
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro Efetivo do Comitê de Auditoria Não estatutário	N/A
f. data de eleição	29/04/2021	29/04/2021	N/A
g. data da posse	29/04/2021	29/04/2021	N/A
h. prazo do mandato	Até a próxima eleição do Comitê de Auditoria da Companhia	Até a próxima eleição do Comitê de Auditoria da Companhia	N/A
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Gerente e planejamento financeiro e de RI	Gerente Jurídico	N/A
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Não	Não	N/A
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo	N/A	N/A	N/A
l. número de mandatos consecutivos	1	1	N/A

<p>Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa, cargo, se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor, indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor</p>	<p>O Sr. Luiz Augusto Rodrigues e Silva tem reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes. O Sr. Luiz declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Luiz declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.</p>	<p>O Sr. Carlos Eduardo Sampaio Aguiar graduou-se pela UNESA em 2006 com Pós Graduação em Direito Empresarial pela IBMEC em 2010 e Gestão de Negócios com foco em Competências Comportamentais na BBI of Chicago no ano de 2020. Em 2006 atuou como advogado e posteriormente como coordenador jurídico e atualmente possui 10 anos de experiência como Gerente Jurídico no setor imobiliário. O Sr. Carlos declarou para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Adicionalmente, o Sr. Carlos declara que não é considerado uma Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.</p>	<p>N/A</p>
<p>n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal</p>	<p>Não há</p>	<p>Não há</p>	<p>N/A</p>

<p>ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas</p> <p>iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>			
---	--	--	--

12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

N/A. O Comitê de Auditoria Não Estatutário foi instituído, contudo não ocorreram reuniões no exercício anterior, tendo em vista a vacância do Cargo de Membro Independente após a saída do Sr. Jorge Alberto Eduardo Fergie Corser.

12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

a) administradores do emissor: **Não há**

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor: **Não há**

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor: **Não há**

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor: **Não há**

12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor.

Não há.

b. Controlador direto ou indireto do emissor.

Os Srs. Alexander, Sam e Francisco são vinculados à Cerberus Capital Management, ou uma de suas afiliadas ("Cerberus"). A Cerberus é acionista controladora da Companhia.

c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não há.

ANEXO C – Remuneração dos Administradores

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, inclusive da diretoria não estatutária.

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Os objetivos das práticas de remuneração da Companhia para sua Diretoria são o alinhamento de interesses entre executivos e acionistas, estímulo à produtividade e eficiência, compartilhamento de riscos e retornos; convergência das metas individuais à estratégia da Companhia, estímulo à competitividade, reconhecimento da contribuição e retenção dos profissionais.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Diretoria:

Os membros da diretoria estatutária fazem jus a uma remuneração fixa composta de um pró labore mensal e uma variável de acordo com a remuneração global da Companhia, além de benefícios condicionados ao exercício do cargo, limitada aos valores propostos e aprovados em AGO, sendo a remuneração individual determinada pelo Conselho de Administração, considerando-se a avaliação individual de cada diretor e o alcance de metas pré- determinadas. O objetivo da remuneração variável é recompensar o resultado do ano, se as metas estipuladas para o período tiverem sido alcançadas.

Adicionalmente, em assembleia geral realizada em 12 de dezembro de 2014, restou aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia com vistas a: (i) estimular a expansão e o sucesso na consecução dos objetivos sociais da Companhia; (ii) compartilhar a criação de valor bem como os riscos inerentes ao negócio e ao mercado de capitais, obtendo, em consequência um maior alinhamento dos interesses desses administradores e empregados com os interesses dos acionistas da Companhia, e (iii) reforçar a capacidade da Companhia de atrair e reter determinados administradores e empregados. Das 9.641.000 (nove milhões, seiscentas e quarenta e uma mil) ações integrantes do Plano, 2.566.917 (dois milhões, quinhentas e sessenta e seis mil, novecentas e dezessete) de ações foram outorgadas em 01/10/2017, e 7.074.083 (sete milhões, setenta e quatro mil e oitenta e três) de ações foram outorgadas em 02/07/2018 para membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária da Companhia, não tendo ocorrido, até o momento, qualquer exercício das opções.

Em 27 de setembro de 2019 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária um novo Plano de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia, sem o cancelamento do plano acima mencionado, com vistas a: (i) estimular a expansão e o sucesso na consecução dos objetivos sociais da Companhia; e (ii) compartilhar a criação de valor bem como os riscos inerentes ao negócio e ao mercado de capitais, obtendo, em consequência um maior alinhamento dos interesses dos Participantes com os interesses dos acionistas da Companhia. Das 3.013.915 (três milhões, treze mil e novecentas e quinze) opções integrantes deste Novo Plano, 2.980.000 (dois milhões, novecentas e oitenta mil) opções foram outorgadas em

29/10/2019 para executivos da Companhia, não tendo ocorrido, até o momento, qualquer exercício das opções.

Em 2020, não foi elaborado nenhum novo plano, como também não foram outorgadas novas opções de compra.

Em 2021, não foi elaborado nenhum novo plano, entretanto foram outorgadas 10.000.000 (Dez milhões) de opções em 01/07/2021 para executivos da Companhia, não tendo ocorrido, até o momento, qualquer exercício.

Conselho de Administração e Comitês:

A Companhia estabeleceu remuneração fixa para o presidente do conselho de administração, durante seu mandato, e dois conselheiros independentes. No entanto, nenhum integrante do conselho de administração fez jus a remuneração variável.

Conselho Fiscal:

A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado. Nos termos do Estatuto Social da Companhia, se e quando instalado, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia que os eleger em consonância com os limites impostos pela lei ou regulamentação aplicável.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

Em 2019 a remuneração fixa correspondeu a 70% da remuneração total da diretoria estatutária, enquanto a remuneração variável correspondeu a 30% da remuneração total.

Em 2020 a remuneração fixa correspondeu a 68% da remuneração total da diretoria estatutária, enquanto a remuneração variável correspondeu a 32% da remuneração total.

Em 2021 a remuneração fixa correspondeu a 45% da remuneração total da diretoria estatutária, enquanto a remuneração variável correspondeu a 55% da remuneração total.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

Os valores de remuneração pagos pela Companhia aos seus administradores e empregados são comparados periodicamente com o mercado considerando companhias em porte e atuação comparáveis à Brasil Brokers.

Para a remuneração fixa, a nossa área de recursos humanos considera pesquisas salariais anuais, de forma que se possa aferir a competitividade e eventualmente avaliar a necessidade de se realizar reajuste em algum dos componentes da remuneração. Além disso, consideramos também a relevância de cada cargo e o desempenho individual, além dos conhecimentos e habilidades específicas para o desempenho da função e o potencial de entrega futuro de acordo com os desafios da companhia.

Para a remuneração variável e as outorgas de opções são definidas pelo Conselho de Administração da Companhia, caso a caso, sendo a primeira atrelada a um múltiplo salarial a partir do atingimento de metas individuais e corporativas.

iv. razões que justificam a composição da remuneração:

A estratégia de remuneração da Companhia busca compartilhar o risco e o resultado da Companhia com seus principais executivos, sempre atrelado do atingimento de metas individuais e corporativas.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato:

No exercício de 2021, o presidente do conselho de administração, durante seu mandato, e dois conselheiros independentes fizeram jus a remuneração fixa. Os demais conselheiros, vinculados à Cerberus Capital Management ou uma de sua filiadadas, não foram beneficiados com qualquer tipo de remuneração. A Cerberus Capital Management é acionista controladora da Companhia.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Assim como para todos empregados da Companhia, os indicadores de desempenho são o atingimento de metas operacionais e financeiras da Companhia. Ademais, a remuneração dos administradores também é baseada na avaliação individual, que leva em conta iniciativa, pró-atividade, tomada de decisões, postura profissional, relacionamento interpessoal e trabalho em equipe. Para a definição da remuneração variável e outorga de opções, leva-se também em consideração indicadores financeiros de performance, tais como (i) receita líquida; (ii) geração de caixa; (iii) despesas gerais e administrativas; (iv) EBITDA ajustado e (v) lucro líquido

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A determinação de um montante de remuneração global da Companhia atrelada a um alcance de metas operacionais e financeiras é a estrutura designada para vincular a remuneração variável paga aos empregados da Companhia de forma geral.

A remuneração variável evolui conforme o atingimento de indicadores operacionais e financeiros, tais como (i) receita líquida; (ii) geração de caixa; (iii) despesas gerais e administrativas; (iv) EBITDA ajustado e (v) lucro líquido. A depender dos resultados nenhuma remuneração variável é paga aos membros da Diretoria e funcionários.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo:

O formato da remuneração acima descrito tem a finalidade de incentivar os empregados a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira a alinhar os interesses destes. A remuneração variável visa ao alinhamento de curto e médio prazo, na medida em que está atrelada às metas de (i) receita líquida; (ii) geração de caixa; (iii) despesas gerais e

administrativas; (iv) EBITDA ajustado e/ou (v) lucro líquido sendo as opções para a compra de ações um elemento de alinhamento de interesses de longo prazo, na medida em que tem o potencial de tornar os executivos acionistas da Companhia.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

Não há existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

h. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração individual da Diretoria é definida pelo Conselho de Administração a partir da mensuração das metas estabelecidas para cada exercício social.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:

Para assegurar que a prática de remuneração esteja em conformidade com a legislação, normas e regulamentos que disciplinam o assunto, a metodologia utilizada para avaliação da remuneração individual leva em consideração: (i) as responsabilidades dos administradores, considerando os diferentes cargos que ocupam e as funções que desempenham; (ii) tempo dedicado às suas funções; (iii) competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e (iv) no valor de seus serviços praticados no mercado.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A avaliação é feita anualmente, quando da fixação da remuneração individual da Diretoria.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	2	3	10
Nº de membros remunerados	2	2	3	7
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	576.000,00	1.575.000,00	218.000,00	2.369.000,00
Benefícios diretos e indiretos	0	0	0	0
Participação em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
Remuneração variável				
Bônus	0	2.177.633,34	0	2.177.633,34
Participação de resultados	0	0	0	0
Remuneração por participação em reunião	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessaçã o do cargo	0	0	0	0

Baseada em ações, incluindo opções	0	3.960.784,69	0	3.960.784,69
Observação	0	0	0	0
Total da remuneração	576.000,00	7.713.418,03	218.000,00	8.507.418,03

Remuneração total do Exercício Social encerrado 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	2	0	7
Nº de membros remunerados	2	2	0	3
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	304.000,00	1.365.000,00	0	1.669.000,00
Benefícios diretos e indiretos	0	0	0	0
Participação em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
Remuneração variável				
Bônus	0	1.680.000,00	0	0
Participação de resultados	0	0	0	0
Remuneração por participação em reunião	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0

Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessaçã do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações, incluindo opções	0	0	0	0
Observação	0	0	0	0
Total da remuneração	304.000,00	3.045.000,00	0	3.349.000,00

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	-	7,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	-	4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	226.800,00	1.445.566,67	-	1.672.366,67
Benefícios diretos e indiretos		72.146,44		72.146,44
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração variável				
Bônus	0,00	540.000,00	0,00	540.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00

Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	190.366,88	0,00	190.366,88
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	226.800,00	2.248.079,99	-	2.474.899,99

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,00	0,00	7,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.220.000,00	0,00	1.220.000,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	82.807,08	0,00	82.807,08
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras				

remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	781.000,00	0,00	781.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessaçã do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	20.148,17	0,00	20.148,17
Observação				
Total da remuneração	0,00	0,00	0,00	2.103.995,65

13.3. Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2022)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	5	2	7
Número de Membros remunerados	0	2	2
Em relação ao bônus:			
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	979.935,00	979.935,00
Valor Máximo Previsto no Plano	0,00	2.177.633,34	2.177.633,34

de Remuneração			
Valor Previsto no Plano de Remuneração - metas antigas	0	0	0
Valor Efetivamente Reconhecido	0	0	0
Em relação à participação no resultado:			
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0	0	0
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	0	0	0
Valor Previsto no Plano de Remuneração - metas atingidas	0	0	0
Valor Efetivamente Reconhecido	0	0	0

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2021

Ano Corrente	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	5	2	7
Número de Membros remunerados	0	2	2
Em relação ao bônus:			
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	180.000,00	180.000,00
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	0,00	2.100.000,00	2.100.000,00
Valor Previsto no Plano de Remuneração - metas antigas	0	0	0
Valor Efetivamente Reconhecido	0	1.680.000,00	1.680.000,00
Em relação à participação no resultado:			
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0	0	0
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	0	0	0
Valor Previsto no Plano de Remuneração - metas atingidas	0	0	0
Valor Efetivamente Reconhecido	0	0	0

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2020

Ano Corrente	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	5	2	7
Número de Membros remunerados	2	2	4
Em relação ao bônus:			
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	0	R\$ 2.636.000,00	R\$ 2.636.000,00
Valor Previsto no Plano de Remuneração - metas antigas	0	0	0
Valor Efetivamente Reconhecido	0	540.000,00	540.000,00
Em relação à participação no resultado:			
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0	0	0
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	0	0	0
Valor Previsto no Plano de Remuneração - metas atingidas	0	0	0
Valor Efetivamente Reconhecido	0	0	0

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2019

Ano 2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	5	2	7
Número de Membros remunerados	0	2	2
Em relação ao bônus:			
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0	R\$ 480.000,00	R\$ 480.000,00
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	0	R\$ 1.450.000,00	R\$ 1.450.000,00
Valor Previsto no Plano de Remuneração - metas antigas	0	0	0
Valor Efetivamente Reconhecido	0	R\$ 540.000,00	R\$ 540.000,00
Em relação à participação no resultado:			
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0	0	0
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	0	0	0
Valor Previsto no Plano de Remuneração - metas atingidas	0	0	0
Valor Efetivamente Reconhecido	0	0	0

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2018

Ano 2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	5	2	7
Número de Membros remunerados	0	2	2
Em relação ao bônus:			
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0	R\$975.000,00	R\$975.000,00
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	0	R\$975.000,00	R\$975.000,00
Valor Previsto no Plano de Remuneração - metas antigas	0	0	0
Valor Efetivamente Reconhecido	0	R\$975.000,00	R\$975.000,00
Em relação à participação no resultado:			
Valor Mínimo Previsto no Plano de Remuneração	0	0	0
Valor Máximo Previsto no Plano de Remuneração	0	0	0
Valor Previsto no Plano de Remuneração - metas atingidas	0	0	0
Valor Efetivamente Reconhecido	0	0	0

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a) Termos e condições gerais:

Os Termos e condições gerais encontram-se dispostos nas respostas aos itens abaixo.

b) Principais objetivos do plano:

Conceder aos administradores e empregados da Companhia e de suas sociedades controladas diretas ou indiretas (incluídas no conceito de Companhia para os fins deste Plano), a oportunidade de investir recursos próprios, por sua conta e risco, na aquisição de ações de emissão da Companhia, tornando-se acionistas, com vistas a: (i) estimular a expansão e o sucesso na consecução dos objetivos sociais da Companhia; e (ii) compartilhar a criação de valor bem como os riscos inerentes ao negócio e ao mercado de capitais, obtendo, em consequência um maior alinhamento dos interesses dos Participantes com os interesses dos acionistas da Companhia.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos:

Existem 2 planos de opção de compra de ações , um aprovado em 12/12/2014, outro em 27/09/2019,

todos com condições semelhantes, que serão dispostas nas respostas aos itens abaixo.

Ao investirem recursos próprios para a aquisição de ações da Companhia, os beneficiários terão fortes incentivos para tomarem suas decisões tendo em vista a geração de valor para a Companhia e seus acionistas, além de pautarem suas ações visando o cumprimento dos objetivos estratégicos e planos de crescimento da sociedade.

As outorgas de opções são estruturadas de maneira a permitir que os potenciais ganhos decorrentes da venda de ações sejam realizados, caso aplicável, no longo prazo, assim atuando para estimular sua permanência na Companhia.

d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia:

O Plano busca reconhecer o esforço dos beneficiários alinhado com os interesses da Companhia e de seus acionistas, reforçando o nível de atração e retenção dos principais executivos da Companhia.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo:

O Plano alinha os interesses da Companhia aos de seus administradores e acionistas por meio de benefícios vinculados ao desempenho de suas ações. Por meio do Plano, a Companhia busca estimular a melhoria em sua gestão e a permanência dos beneficiários, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados em longo prazo. No médio prazo, a melhoria dos resultados e valorização das ações de emissão da Companhia, maximizam os ganhos dos beneficiários, os incentivando a permanecerem trabalhando na Companhia. No curto prazo, o cumprimento das metas estabelecidas e o alcance dos resultados anuais propostos resultam em um alinhamento entre os interesses da Companhia e os interesses dos beneficiários.

f) Número máximo de ações abrangidas:

As opções de compra de ações outorgadas nos termos dos Planos 2014 e 2019 representarão no máximo 12.654.915 (doze milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e quinze) ações ordinárias de emissão da Companhia. Se o número de ações existentes da Companhia for aumentado ou diminuído como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos serão feitos, de forma automática, os ajustes apropriados no número máximo de opções a serem outorgadas nos termos do Plano.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas:

Cada opção corresponderá a 1 ação, portanto o número máximo de opções a serem outorgadas é 12.654.915 (doze milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e quinze) ações.

h) Condições de aquisição de ações:

Caberá ao Conselho de Administração ou ao Comitê de Remuneração da Companhia, conforme o caso, aprovar a outorga de opções, definindo, dentre outros fatores, quando da celebração dos contratos de outorga, os prazos e condições para o exercício de cada opção, sempre observadas as regras previstas no Plano.

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

O preço das ações a serem adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício das opções, será determinado a partir do valor médio das ações de emissão da Companhia dos últimos 60 (sessenta) pregões na B3, anteriores à data da outorga da opção, ajustado pelo IPCA.

O Conselho de Administração ou o Comitê de Remuneração da Companhia, conforme o caso, poderá determinar, quando da outorga das opções, que seja deduzido do preço de exercício os valores por ação declarados pela Companhia a título de proventos, tais como dividendos e juros sobre capital próprio, no período compreendido entre a data de outorga e a data de exercício das opções. O mesmo procedimento de ajuste do preço de exercício poderá ser adotado pelo Conselho de Administração ou o Comitê de Remuneração da Companhia, conforme o caso, quando da redução do capital social da Companhia com restituição aos acionistas.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício:

Caberá ao Conselho de Administração ou ao Comitê de Remuneração da Companhia, conforme o caso, aprovar a outorga de opções, definindo, dentre outros fatores, quando da celebração dos contratos de outorga, os prazos e condições para o exercício de cada opção, sempre observadas as regras previstas no Plano.

k) Forma de liquidação:

Caberá ao Conselho de Administração ou ao Comitê de Remuneração da Companhia, conforme o caso, aprovar a outorga de opções, definindo, quando da celebração dos contratos de outorga, a forma de liquidação das opções, sempre observadas as regras previstas no Plano.

l) Restrições à transferência das ações:

Caberá ao Conselho de Administração ou ao Comitê de Remuneração da Companhia, conforme o caso, quando da celebração dos contratos de outorga, estabelecer período mínimo de indisponibilidade, durante os quais os beneficiários não poderão vender, transferir ou de qualquer forma alienar as ações adquiridas no âmbito do Plano.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

O Plano vigorará até que seja atingido o limite mencionado no item “f” acima, podendo ser extinto a

qualquer tempo por decisão do Conselho de Administração, sem prejuízo: (i) da prevalência das restrições à negociabilidade das ações; e (ii) do exercício das opções ainda em vigor já outorgadas, podendo neste caso o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, estabelecer um prazo máximo para o respectivo exercício.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, as opções dos contratos em vigência, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê de Remuneração da Companhia, conforme o caso, poderão ser transferidas para a companhia sucessora ou terão seus prazos de carência antecipados, por determinado prazo, para que possam ser exercidas pelo Beneficiário. Após o referido prazo, o Plano terminará e as opções não exercidas caducarão sem direito a indenização.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

Salvo determinação em contrário do Conselho de Administração ou do Comitê, conforme o caso, nas hipóteses de término da relação do Beneficiário com a Companhia por demissão ou rescisão do contrato de trabalho, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição do cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, caducarão todas as opções não exercidas pelo Beneficiário desligado, tendo ou não decorrido os prazos de carência, independentemente de aviso prévio ou indenização.

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2022):

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	2
Nº de membros remunerados	0	2
Preço médio ponderado de exercício:		
<i>(a) Das opções em aberto no início do exercício social</i>	0	Tranche A R\$ 1,01 Tranche B R\$ 1,50 Outorga 01/07/2021 R\$ 1,95 Outorga 29/10/2019 R\$ 5,50 Outorga 02/07/2018 R\$ 4,90
<i>(b) Das opções perdidas durante o exercício social</i>	0	0
<i>(c) Das opções exercidas durante o exercício social</i>	0	0

<i>(d) Das opções expiradas durante o exercício social</i>	0	0
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0	Tranche A 1,89% Tranche B 1,41% Outorga 01/07/2021 7,53% Outorga 29/10/2019 2,24% Outorga 02/07/2018 5,53%

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2021:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	2
Nº de membros remunerados	0	2
Preço médio ponderado de exercício:		
<i>(a) Das opções em aberto no início do exercício social</i>	0	Outorga 01/07/2021 R\$ 1,95 Outorga 29/10/2019 R\$ 5,50 Outorga 02/07/2018 R\$ 4,90
<i>(b) Das opções perdidas durante o exercício social</i>	0	0
<i>(c) Das opções exercidas durante o exercício social</i>	0	0
<i>(d) Das opções expiradas durante o exercício social</i>	0	0
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0	Outorga 01/07/2021 1,25% Outorga 29/10/2019 3,36% Outorga 02/07/2018 1,14%

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2020:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	2
Nº de membros remunerados	0	0
Preço médio ponderado de exercício:		

	0	Outorga 29/10/2019 R\$ 5,50 Outorga 02/07/2018 R\$ 4,90
<i>(a) Das opções em aberto no início do exercício social</i>		
<i>(b) Das opções perdidas durante o exercício social</i>	0	0
<i>(c) Das opções exercidas durante o exercício social</i>	0	0
<i>(d) Das opções expiradas durante o exercício social</i>	0	0
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0	Outorga 29/10/2019 3,36% Outorga 02/07/2018 1,14%

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2019:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	2
Nº de membros remunerados	0	2
Preço médio ponderado de exercício:		
	0	Outorga 29/10/2019 R\$ 5,50 Outorga 02/07/2018 R\$ 4,90
<i>(a) Das opções em aberto no início do exercício social</i>		
<i>(b) Das opções perdidas durante o exercício social</i>	0	0
<i>(c) Das opções exercidas durante o exercício social</i>	0	0
<i>(d) Das opções expiradas durante o exercício social</i>	0	0
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0	Outorga 29/10/2019 3,36% Outorga 02/07/2018 1,14%

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2018:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	2

Nº de membros remunerados	0	2
Preço médio ponderado de exercício:		
<i>(a) Das opções em aberto no início do exercício social</i>	0	R\$4,90
<i>(b) Das opções perdidas durante o exercício social</i>	0	0
<i>(c) Das opções exercidas durante o exercício social</i>	0	0
<i>(d) Das opções expiradas durante o exercício social</i>	0	0
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0	Outorga 02/07/2018 1,14%

Não existiram outorgas de opções em quaisquer exercícios sociais anteriores.

f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas:

Diluição potencial de 7,53% para a outorga realizada em 01/07/2021, 2,24% para a outorga realizada em 01/10/2019 e 5,33% para a outorga realizada em 02/07/2018.

Conselho de Administração

Nenhum dos membros do Conselho de Administração recebeu nos três últimos exercícios sociais ou recebe remuneração variável no ano corrente.

13.6. Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária:

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	2
Nº de membros remunerados	0	0
Opções ainda não exercíveis	0	0
Quantidade	0	2.941.176
Data em que se tornarão exercíveis	0	25% - 31/12/2022 25% - 31/12/2023 25% - 31/12/2024
Prazo máximo para exercício das opções	0	31/12/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	0	12 meses
Preço médio ponderado de exercício	0	1,95
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0	0

Opções exercíveis		
Quantidade	0	980.392,25
Data em que se tornarão exercíveis	0	31/12/2021
Prazo máximo para exercício das opções	0	31/12/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	0	12 meses
Preço médio ponderado de exercício	0	1,95
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0	0
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	0	0

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não houve exercício de opções nos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

13.8. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

	2018	2019	2021
Modelo de Precificação	Black&Scholes	Black&Scholes	Black&Scholes
Preço de Exercício	0,49	5,5	1,95
Preço Médio Ponderado	0,39	4,66	2,47
Volatilidade esperada	52,87%	57,73%	90,40%
Prazo de Vida	31/12/2021	31/12/2024	31/12/2026
Dividendos esperados	0	0	0
Taxas de Juros Livre de Risco	6,40%	6,40%	6,40%

a. Modelo de Precificação

Base no Modelo Black-Scholes, utilizado pela Companhia, o plano tem por objetivo conceder aos administradores e empregados da Companhia a oportunidade de adquirir ações de emissão da Companhia ao valor de R\$ 0,49 (quarenta e nove centavos de real), valor que após o grupamento de ações passa a ser considerado R\$ 4,90 (quatro reais e noventa centavos de real) e/ou R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos de real) por ação. A premissa relativa ao período em que a opção será exercida após o término da carência que poderão ser exercidos de forma integral ou parcial de acordo com os termos e condições do contrato, os Planos são administrados pelo Conselho de Administração, incumbindo ao Diretor Presidente designar os beneficiários a quem as opções serão outorgadas.

O requisito de aquisição de direito dos Planos é vinculado às metas relacionadas ao desempenho dos empregados e administradores da Companhia, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição

dos beneficiários ou a determinação do número de opções a lhes serem atribuídas, e a permanência dos mesmos na Companhia.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação

Para o programa de 2021, o preço médio das ações foi formado a partir da cotação médias dos 60 pregões no período de 05/04/2021 até 30/06/2021. Para o programa de 2019, foi utilizadas as cotações médias dos 60 pregões no período de 06/08/2019 até 28/10/2019. E no programa de 2018, para formação do preço médio das ações foram considerados a cotação médias dos 60 pregões no período de 05/04/2018 até 29/06/2018.

A volatilidade prevista para os programas de opções de 2021 é baseada em dados históricos dos últimos 248 (duzentos e quarenta e oito) dias desde 02 de julho de 2020. Para o programa de 2019 é baseada em dados históricos dos últimos 248 (duzentos e quarenta e oito) dias desde 29 de outubro de 2018, um ano antes da outorga. Já para os Programas de opções de 2018, a volatilidade é medida desde julho de 2017, com dados históricos dos últimos 246 (duzentos e quarenta e seis) dias.

O prazo de vida das opções dos planos de 2021 e 2019 são divididos em 4 (quatro) lotes anuais com vencimentos no último dia dos exercícios sociais de 2021, 2022, 2023 e 2024, na proporção de 25% por período, para o plano de 2018 são divididos em 4 (quatro) lotes anuais com vencimentos no último dia dos exercícios sociais de 2018, 2019, 2020 e 2021, na proporção de 25%, 12,5%, 12,5% e 50%, respectivamente; não há dividendos esperados para nenhum dos períodos. A taxa de juros livre de risco para todos os períodos é de 6,40%.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, dado que o modelo não permite exercício antecipado sem autorização de nossos órgãos societários competente, e este é responsável por definir métodos e premissas para incorporar os efeitos esperados do eventual exercício antecipado.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada:

A volatilidade prevista para os programas de opções de 2021 é baseada em dados históricos dos últimos 248 (duzentos e quarenta e oito) dias desde 02 de julho de 2020. Para o programa de 2019 é baseada em dados históricos dos últimos 248 (duzentos e quarenta e oito) dias desde 29 de outubro de 2018, um ano antes da outorga. Já para os Programas de opções de 2018, a volatilidade é medida desde julho de 2017, com dados históricos dos últimos 246 (duzentos e quarenta e seis) dias.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não foram incorporadas outras características na mensuração do valor justo das opções.

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Posição em 31 de dezembro de 2021

Brasil Brokers Participações S.A.		
Acionista	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	Participação no Total de Ações da Companhia
Conselho de Administração	0	0
Diretoria	0	0
Total	0	0

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

13.11 – Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	2,00	2,00	2,00	5,00	5,00	5,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração (Reais)	1.740.000,00	1.058.116,88	1.125.000,00	208.000,00	131.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração (Reais)	1.305.000,00	113.750,00	806.000,00	96.000,00	95.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração (Reais)	1.522.500,00	435.186,71	965.500,00	152.000,00	113.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Valores anuais

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2021	Todos os membros da Diretoria Estatutária exerceram suas atividades fazendo jus a remuneração.
31/12/2020	Todos os membros da Diretoria Estatutária exerceram suas atividades por menos de 12 meses no exercício social de 2020.
31/12/2019	Todos os membros da Diretoria Estatutária exerceram suas atividades fazendo jus a remuneração.

Conselho de Administração	
31/12/2021	Dois membros do conselho de administração fizeram jus a remuneração fixa.
31/12/2020	Dois membros do conselho de administração fizeram jus a remuneração fixa.
31/12/2019	Nenhum conselheiro de administração recebeu remuneração.

Conselho Fiscal	
31/12/2020	O conselho fiscal não foi instalado, portanto, não faz jus ao recebimento de remuneração.
31/12/2019	O conselho fiscal não foi instalado, portanto, não faz jus ao recebimento de remuneração.
31/12/2018	O conselho fiscal não foi instalado, portanto, não faz jus ao recebimento de remuneração.

13.12 – Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Caso o Diretor Presidente seja destituído de seu cargo, sem justo motivo, no prazo de até 48 meses a contar da sua posse, fará jus ao recebimento de indenização correspondente a 75% do valor equivalente a 13 pró-labores mensais vigentes à época. Adicionalmente à indenização, o estatutário e seus dependentes poderão permanecer na apólice de plano de saúde da companhia por até 24 meses adicionais, mantidas às regras de cobertura, reembolso e coparticipação. Se dentro do prazo de 48 meses a contar da posse ocorra alteração na estrutura organizacional da Companhia, que leve a (i) parte dos funcionários /departamentos/unidades de negócio a não mais responderem, ainda que indiretamente, ao Contratado, ou (ii) o Contratado a não mais responder diretamente ao Conselho de Administração da companhia enquanto órgão colegiado, um eventual pedido de renúncia do contratado será interpretado como destituição sem justo motivo para fins de pagamento de indenização.

13.13 – Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não aplicável, uma vez que não houve qualquer remuneração a membros do Conselho ou Diretoria que sejam partes relacionadas aos controladores, nos últimos 3 exercícios sociais.

13.14 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável.

13.15 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável.

13.16 – Outras informações relevantes

O CEO da Companhia e membro do Conselho de Administração, Daniel Abramant Guerbatin, recebeu outorgas de opção de compra de ações nos anos de 2018 e 2019, na qualidade de Diretor Estatutário de uma das controladas diretas da Brasil Brokers, sendo que até a presente data deste Formulário de Referência não foram exercidas nenhuma das opções.

ANEXO D – Modelo de Procuração

PROCURAÇÃO		
<p>[ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO] ("Outorgante"), nomeia e constitui como seu procurador CARLOS EDUARDO SAMPAIO AGUIAR, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ sob o nº 139.750 e no CPF/ME sob o nº 094.734.507-88, com endereço profissional na Av. das Américas, nº 3301, Bloco 3, Sala 204, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22631-003., para individualmente representar o Outorgante, na qualidade de acionista da BRASIL BROKERS PARTICIPAÇÕES S.A., ("Companhia"), na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, a ser considerada realizada na sede social da Companhia, localizada na Av. das Américas, nº 3301, Bloco 3, Sala 204, Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ("AGO"), podendo examinar, discutir e votar em nome do Outorgante, em conformidade com as orientações estabelecidas abaixo, acerca da seguinte matéria constante da Ordem do Dia:</p>		
Ordem do Dia: AGO		
(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.		
A favor ()	Contra ()	Abstenção ()
Justificativa de voto:		
(ii) Aprovar a destinação do resultado auferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.		
A favor ()	Contra ()	Abstenção ()
Justificativa de voto:		
(iii) Estabelecer o número de membros que irão compor o Conselho de Administração da Companhia durante o próximo mandato (2022-2024).		
A favor ()	Contra ()	Abstenção ()
Justificativa de voto:		
(iv) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia.		
A favor ()	Contra ()	Abstenção ()
Justificativa de voto:		
(v) Fixar a remuneração global anual da Administração (Diretoria e Conselho de Administração) para o exercício social de 2022.		
A favor ()	Contra ()	Abstenção ()
Justificativa de voto:		
(vi) Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia		

A favor ()	Contra ()	Abstenção ()
Justificativa de voto:		
(vii) Fixar a remuneração global anual do Conselho Fiscal para o exercício social de 2022.		
A favor ()	Contra ()	Abstenção ()
Justificativa de voto:		